

**economia**



# ***A PROCURA DA TERCEIRA VIA NA TRANSIÇÃO DA CHINA PARA A ECONOMIA DE MERCADO***

*Arnaldo Gonçalves \**

## **1. INTRODUÇÃO**

Num país governado por um partido único e acostumado à direcção de uma única figura imperial e providencial será difícil aceitar que o processo da sua sucessão seja fácil, linear e inócuo.

Quando o país é a China e em quinze anos passou de uma pequena economia planificada de equalização das opções de sobrevivência para uma economia descentralizada e com sectores capazes de competirem em termos regionais; quando o homem em causa é o herdeiro da 1.<sup>a</sup> di-nastia camponesa em seiscentos anos, um verdadeiro «*huang-ti*» (imperador) que tem governado por um quasi direito divino, tanto como o seu predecessor Mao Zedong, o processo da sua sucessão não deixará de surpreender mesmo os observadores mais atentos aos safanões da evolução política chinesa.

Até há pouco tempo, a morte de Deng Xiao Ping teria seguramente implicações políticas, nacionais e regionais, mas não económicas ou financeiras.

Nada mais falso.

Tenha-se em conta que as importações da China em 1994 atingiram 115 biliões de US dólares; que os fluxos de capital estrangeiro totalizaram 40 biliões de US dólares; que a dívida externa deverá crescer de 83,7 biliões de US dólares em 1993 para 92 biliões em 1994<sup>1</sup>;

---

\* Assessor do Secretário-Adjunto para a Economia e Finanças.

Vice-Presidente do Instituto de Direito Internacional e Comparado de Macau.

<sup>1</sup> Conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento.

que Hong Kong regressará à soberania chinesa dentro de dois curtos anos e é a sexta maior praça financeira do mundo — depressa se concluirá que o que se passa e passará na China afectará a economia mundial, de forma substancial.

É sabido que a economia chinesa vem revelando crescentes sinais de sobreaquecimento, que a taxa de inflação real se aproximará dos 30 por cento, o que tem provocado grandes dores de cabeça aos responsáveis chineses, que admitindo-a para 1994 em valores na ordem dos 21,7 por cento, não deixaram recentemente de reconhecer que a subida de 7 pontos percentuais relativamente a 1993 (14,5 por cento) é perniciosa para o esforço de crescimento, em que o país se tem concentrado, devendo-se a «razões objectivas e a erros de governo», que importa corrigir através da redução da taxa de crescimento prevista para 1995 para 8 ou 9 por cento (em vez dos 11,8 por cento atingidos em 1994) e por actuações vigorosas contra a corrupção e o deficitário sector empresarial do Estado<sup>2</sup>).

A espera prolongada pela morte de Deng protelou ao longo de meses a tomada de decisões para resolver (ou minorar) estes e outros problemas, como as tensas relações comerciais com os Estados Unidos e a estabilização do processo de transição de Hong Kong, naquilo que dele se poderá reflectir no processo de reunificação de Taiwan à *mainland*.

Tudo isto torna difícil, senão impossível, prever a evolução política e económica da China, tornando-a um exercício de futurologia política ou adivinhação astral.

Será contudo razoável perscrutar-lhe as forças de mudança e as contraforças de bloqueio, os ventos de ocidentalização e da abertura ao mundo exterior versus o apelo profundo das raízes da nobilitação histórica e geracional, legitimadas no *acquis* político-ideológico ganho em 1949 e que hoje tão pesado se revela às Segunda e Terceira Gerações no processo de transmissão às novas gerações que, como estigmatizou Han Suyin, no seu incomparável «*Wind in my sleeve*», tão impacientes se revelam na condenação dos que trilharam o difícil caminho da construção da Nova China.

É este o propósito do presente artigo que procura, na expectativa da condescendência dos que o lerem, responder à seguinte questão: *como é que a China pode resolver o enigma de continuar um país socialista, mas moderno e ainda chinês?*

## 2. A CONSTRUÇÃO DO MODELO SOCIALISTA

Recuando no tempo até à fundação da República Popular da Chi-

---

<sup>2</sup> Cfr. relatório do primeiro-ministro Li Peng à sessão anual da Assembleia Nacional Popular que teve lugar em Pequim, entre 5 e 20 de Março, citado pela *Far Eastern Economic Review*, na sua edição de 16 de Março de 1995.

na, recordaremos que, em 21 de Setembro de 1949, Mao Zedong levando de vencida as tropas do Kuomintang, retiradas abruptamente para a ilha de Taiwan, reunia a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, entidade política que dava corpo à Frente Popular liderada pelo Partido Comunista, que adoptaria, entre outros a Lei Orgânica do Governo Popular Central, o Programa Comum de Governo, a Bandeira Nacional. O que lhe permitiria a 1 de Outubro proclamar, em Tiananmen, a fundação da República Popular da China, com sede em Pequim, reconhecida pouco tempo depois pela União Soviética e pelos Estados comunistas da Europa Central e pela Índia, Grã-Bretanha, França e alguns outros países ocidentais.

O *Programa de Governo* da coligação liderada pelo Partido Comunista reflectia, em grande parte, as ideias de Mao retidas do trabalho teórico de Janeiro de 1940, «*Sobre a Democracia Nova*» e no panegírico «*Movimento de rectificação (Cheng-feng)*», desenvolvido no quartel-general em Yanan (província de Shaanxi).

Estabelecia o Programa Comum que a estrutura económica da Democracia Nova consistiria em três sectores: o sector estatal, em que o governo controlaria as grandes indústrias, as minas, as empresas públicas, os serviços públicos; o sector agrícola, no qual as explorações agrícolas individuais se transformariam em unidades colectivas; o sector privado no qual os pequenos e médios capitalistas seriam autorizados a operar.

Dos três, o sector estatal era assumido como o sector prioritário da economia, compaginando uma função motora e catalizadora no processo produtivo nacional, prioridade essa que era assumida como forma de obstar a um ressurgimento do sector privado como indutor das «velhas relações de produção», derrotadas no processo revolucionário<sup>3</sup>.

Herdando uma economia falida, com altíssimas taxas de inflação, uma agricultura destruída, cronicamente cativa de um sistema de propriedade fundiária e de exploração da terra arbitrária e inumana, confrontando-se, por via disso, com uma situação caótica no abastecimento alimentar às populações, o novo Poder centrou a sua acção inicial na reabilitação dos sectores produtivos devastados pela guerra civil de 1945-1949.

Não é de admirar que as primeiras medidas se tenham concentrado na estabilização dos preços dos produtos essenciais e dos salários,

---

<sup>3</sup> Na república da democracia nova, dirigida pelo proletariado, as empresas do Estado serão de natureza socialista e constituirão a força dirigente no conjunto da economia nacional, mas a república não confiscará a propriedade capitalista — excepto a de carácter monopolista que seja propriedade de chineses ou estrangeiros — nem proibirá o desenvolvimento da produção capitalista que não domine a vida económica do povo, dado que a economia da China está muito atrasada», Mao Zedong, «*Sobre a Democracia Nova*», in *Obras Escolhidas*, Tomo II, Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim, 1971, pág. 576.

através da introdução de uma nova moeda nacional, o «*Jenminp'iao*», suprimindo-se, por essa via, o papel das moedas estrangeiras como moeda de troca quase exclusiva nas operações comerciais.

No capítulo industrial, é importante ter presente que a indústria da China, ao tempo, se caracterizava por unidades industriais de pequena dimensão e de mão-de-obra intensiva. O sector mais moderno estava em mãos estrangeiras, concentrando-se em bolsas industriais na cintura dos principais portos e cidades costeiras e em indústrias de bens de consumo. Consequência inevitável desta situação era o empobrecimento do interior do país face ao litoral e o crónico subdesenvolvimento da infra-estrutura de transportes imperial.

Daí que o esforço da reabilitação industrial do país tenha pressuposto, como prioridade primeira do poder socialista, o confisco e nacionalização das unidades industriais em mãos estrangeiras e do sector da indústria pesada e metalúrgica (na posse dos «capitalistas *burocratas*» próximos do Kuomitang) e a manutenção em mãos privadas das pequenas e médias indústrias (na posse do capital nacional).

No domínio da agricultura, as reformas agrícolas foram precedidas da aprovação de uma Lei da Reforma Agrária, que preconizava a eliminação do sistema de propriedade feudal, a confiscação da terra aos camponeses ricos e a sua distribuição pelos camponeses sem terra, por forma a se eliminar a nobreza agrária como elite dominante e núcleo tradicional da sociedade imperial e do sistema de mandarinato, origem, no entender dos comunistas, das humilhações sofridas por milhões de camponeses pobres<sup>4</sup>. Segundo a versão oficial, a reforma do sistema da propriedade agrária do feudalismo e consequente distribui-

---

<sup>4</sup> «Esta república tomará certas medidas necessárias ao confisco da terra dos senhores das terras, distribuindo-as pelos camponeses com poucas ou nenhuma terra e realizará a palavra de ordem do dr. Sun Yat-Sen de «a terra para os que a trabalham», bem como abolirá as relações feudais no campo e transferirá a terra para a propriedade privada dos camponeses. Permitir-se-á, também, que subsista a economia dos camponeses ricos nas regiões fronteiriças (...) No geral, a agricultura socialista não se estabelecerá nesta etapa, mas os diversos tipos de empresas cooperativas, desenvolvidas na base de «a terra para os que a trabalham» conterão elementos de socialismo», Mao Zedong, *ibid*, pág. 576.

Outro autor, Norman B. Scott, em «*The development path of China*», incluído na obra *Development paths in Africa & China*, editado por Ukandi G. Danachi e outros, reitera que «a propriedade da terra estava concentrada em poucas mãos na China tradicional. As famílias camponesas que eram consideradas oficialmente pobres — cerca de 70 por cento do total — detinham apenas 22 por cento da terra cultivada. Os senhores das terras e os camponeses ricos representando 10 por cento da população detinham 53 por cento da terra cultivada. Mais de metade dos trabalhadores agrícolas não tinham qualquer terra e eram foreiros ou trabalhadores contratados. A terra boa e fértil era maioritariamente propriedade de uma minoria rica, enquanto as massas procuravam prorrogar uma vida miserável, através do cultivo intensivo da terra marginal, de má qualidade». Ver no mesmo sentido «*Encyclopedia of New China*», Foreign Language Press, Beijing, p. 286.

ção pelos camponeses corresponderia ao núcleo fundamental do programa da «revolução *democrática-popular*» reivindicado pela frente popular construída na queda da dinastia Qing da aliança precária dos comunistas com Kuomitang.

Nos princípios dos anos cinquenta, a revolução agrária evoluiria para uma nova fase, com a exploração colectiva da propriedade da terra experimentada nas províncias do Nordeste e à volta de Yanan, entendida como solução mais adequada à elevação da produção agrícola<sup>5</sup> e à sua maior especialização, conseguida com a generalização das experiências de cooperação das «zonas libertadas» e com a doutrinação das massas. Do ponto de vista político, visava-se, com estas medidas, obstar à criação de uma nova classe de camponeses ricos que viesse a sabotar os esforços do Governo Popular no aceleração das mudanças necessárias à revolução socialista, entendida como fase seguinte do processo revolucionário.

Segundo referem Immanuel C. Y. Hsü e, também, Kang Chão<sup>6</sup> no final de 1966 cerca de 96 por cento das famílias camponesas da China tinham-se tornado membros das cooperativas semi-socialistas de produção.

Em 1968, o sistema evoluíra para o modelo das *comunas populares*, réplica das quintas colectivas soviéticas e em que o conjunto dos membros detinha a propriedade colectiva da terra<sup>7</sup>.

A primeira década da República Popular da China seria, no entanto, marcada, em termos do modelo económico emergente, pelo reforço dos mecanismos de *planeamento central* assimilados da experiência soviética de 1928-41 e da priorização do sector industrial e dentro desta, da indústria pesada, como sector dirigente da economia.

Segundo o modelo de planificação soviética, o ponto de partida do planeamento era a produção: os objectivos (*targets*) das linhas de

---

<sup>5</sup> «É importante referir que ao tempo da revolução a área cultivada *per capita* representava 0,7 acres. Não obstante a conquista de novas terras para a agricultura, a população crescia a um ritmo muito superior. Daí que a combinação de terra escassa, abundante mão-de-obra, cultura em minifúndio em terra alagada, baixíssima propriedade e altos custos de transporte e de distribuição tenham em purrado os líderes para uma solução de colectivização do modo de produção, na agricultura, ainda fora do seu tempo e do calendário do processo revolucionário.

<sup>6</sup> Cfr. *The rise of Modern China*, Oxford University Press, New York, 1990, p. 625-658 e ainda Kang Chao in *Economic aftermath of the great leap in communist China*, Asian Survey, IV, 5, p. 851-8.

<sup>7</sup> Como refere James M. Ethridge no seu «*Changing China*», New Worlds Press, Beijing, 1988, a pág. 279, «cerca de 26 000 comunas foram organizadas de 740 000 cooperativas avançadas durante 1958/9, no frenesim do Grande Salto em Frente. As comunas eram maiores que as cooperativas, agrupando entre 15 000 e 30 000 pessoas, envolvendo a sua criação a transferência indiscriminada de bens das primitivas cooperativas, sem indemnização aos seus co-detentores, nem qualquer preocupação de justiça relativa.

produção dos produtos mais importantes eram estabelecidos em primeiro lugar, à dimensão nacional; de seguida, as matérias-primas e os recursos energéticos e outros meios necessários à concretização daqueles; só no fim eram estabelecidos os objectivos para os bens de consumo. A lógica mecanicista e automática do sistema levava a que, o que não era considerado na rigidez do plano director, não constituía uma necessidade susceptível de ser satisfeita, o que conduzia à rarefacção de determinados produtos de abastecimento.

Particular ênfase era dada à indústria pesada, comparativamente a outros sectores da economia, já que cerca de 60 por cento do investimento total era canalizado para o alargamento da capacidade industrial. Será útil acrescentar que tal priorização teria ao tempo alguma justificação, uma vez que sem indústria pesada, a capacidade defensiva da China perante qualquer internacionalização de conflitos — o que a Guerra da Coreia seria uma prova — era fraca. Daí que a China tenha apostado em «cair para um lado» no domínio da sua política externa, visando acumular capacidades e experiência do suporte maciço da União Soviética, em matéria de apoio técnico ao planeamento e tecnologia industriais e algum financiamento, no campo industrial.

Uma vez que a função dos planificadores centrais se limitava à definição dos objectivos do plano, no plano administrativo assistiu-se à criação de inúmeros ministérios para responder às necessidades de controlo e acompanhamento de cada sector industrial, criando-se uma malha burocrática imensa que toldava a capacidade de decisão indispensável à rectificação dos desvios de produção<sup>8</sup>.

O primeiro plano quinquenal seria conceptualizado em 1953, mas só arrancaria, verdadeiramente, em 1955. Previa a construção de 694 unidades industriais (das quais 156 a construir pelos soviéticos) e a fixação do objectivo de duplicação da produção industrial até 1957, bem como a transformação socialista do modelo de exploração agrícola. Em 1957, os objectivos tinham sido não só atingidos como ultrapassados, impelindo o Governo para um novo plano quinquenal, para o período 1958/62, com objectivos ambiciosos: um crescimento de 75 por cento na produção industrial e de 35 por cento na agrícola; um crescimento de 50 por cento do rendimento nacional. Em matéria dos segmentos de desenvolvimento, apostava-se no reforço da base industrial no segmento relativo à indústria pesada, na promoção da transferência da tecnologia nacional, na colectivização gradual da terra e consolidação da «propriedade de todo o povo»<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Segundo James M. Ethridge, *ibid*, numa fábrica de têxteis ou numa simples metalurgia havia um mínimo de cinco a seis níveis de responsabilidade. Num caso de um grande projecto industrial, a sua aprovação final requereu a autorização de 860 diferentes gabinetes e departamentos oficiais.

<sup>9</sup> Até 1956, cinco sectores económicos emergiam da queda do feudalismo imperial: o sector económico estatal, força dirigente da economia nacional e sector socialista da economia «sob propriedade de todo o povo»; o sector cooperati-



Paralelamente ao rápido crescimento projectado, o Governo procurou mudar radicalmente o sistema educativo, tendo em vista formar engenheiros e técnicos, em pouco tempo<sup>10</sup>.

No ano seguinte, a Assembleia Nacional Popular aprovaria o programa do «*Grande Salto em Frente*», dando acolhimento às febris visões optimistas dos planificadores chineses de uma grande explosão de expansão da economia chinesa — já ao tempo em situação de grande sobreaquecimento — traduzidas na alteração administrativa das metas de crescimento fixadas no plano quinquenal, para mais 19 por cento na produção de aço, 18 por cento na produção de electricidade, 17 por cento na produção de carvão, cifrando-se a meta de produção industrial, na globalidade, em mais 33 por cento, relativamente ao horizonte do plano.

A aprovação seria seguida de uma campanha nacional de mobilização das massas para a ultrapassagem das metas do plano, através do recurso à mão-de-obra semi-empregada do sector agrícola, transformada numa nova classe de proletariado agrícola-industrial, indutora de

---

vo, sector misto com cooperativas baseadas na propriedade privada dos meios de produção e outras possuídas colectivamente pelo povo trabalhador; o sector de economia individual, compreendendo a actividade desenvolvida pelos camponeses individuais, artífices e outros trabalhadores independentes; a economia privada capitalista, nas mãos da burguesia nacional; a economia de Estado capitalista, compreendendo as empresas privadas propriedade de capitalistas mas sob controlo operário.

A coexistência destes sectores durante os primeiros anos da evolução evidencia o carácter transitório da sua estruturação e o gradualismo da fase inicial da revolução chinesa, em contraponto ao repentismo da apropriação e nacionalização bolchevique.

<sup>10</sup> Segundo dados recolhidos por John A. Berberat in «*Science and technology in communist China*», Santa Barbara, 1960, «90 por cento dos cerca de 250 000 cientistas e engenheiros que a China dispunha em 1960, tinha obtido a sua formação após a tomada de poder pelos comunistas, correspondendo os engenheiros formados a 75 por cento dos licenciados em engenharia, por universidades dos Estados Unidos».

Será útil ter em mente os objectivos ideológicos desta transformação, segundo comentários do próprio Mao Zedong, de Julho de 1957, no texto «*A situação no Verão de 1957*» inserido no Tomo V das *Obras Escolhidas*, Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim, 1976, «devemos compreender que, a partir de agora, serão necessários dez a quinze anos para construir na China uma base industrial e agrícola modernas. Só quando as forças produtivas da nossa sociedade forem completa e adequadamente desenvolvidas, no decurso de dez a quinze anos, será possível encarar o nosso sistema económico e político como tendo atingido uma base material completamente ajustada e será possível encarar o nosso Estado como completamente consolidado e a nossa sociedade socialista como fundamentalmente construída (...) Para edificar o socialismo, a classe operária deve ter o seu próprio exército de quadros técnicos e professores universitários, professores, cientistas, jornalistas, escritores, artistas e teóricos marxistas. Deve ser um grande exército; um pequeno número de pessoas não será suficiente. Esta tarefa deve estar cumprida nos próximos dez a quinze anos».

um novo sector industrial de mão-de-obra intensiva e por alguma forma concorrente com a indústria fundada em capital intensivo, numa campanha que tomaria o nome «caminhar em duas pernas».

No domínio agrícola, o «*Grande Salto*» traduziu-se na criação das *Comunas Populares*, as quais atingiriam, em fins de 1958, cerca de 26 000 unidades de produção, abrangendo 98 por cento da população agrícola. A comuna era não só uma unidade de produção económica, como a cooperativa, mas na lógica da ideologia dominante, o centro nos campos do novo poder socialista, difusor da intensificação da dimensão colectiva da vida socialista. Por outro lado, a comuna era o órgão da administração local do Estado, recolhendo impostos, gerindo escolas, bancos, hospitais, cozinhas públicas, asilos e outras estruturas colectivas de apoio social.

À distância de quase quarenta anos, poderá afirmar-se que as comunas foram a inovação mais perdurável introduzida pelo *Grande Salto* e algo que ficou a distinguir a revolução chinesa do seu arquétipo soviético. As comunas sobreviveram ao *Salto* até meados dos anos setenta, regulando o trabalho, a educação e a actividade política de 600 milhões de pessoas.

O Grande Salto continua a ser um dos eventos mais enigmáticos na revolução chinesa e sobre que, aparentemente, não existe consenso, quanto às suas causas e objectivos, mas tão só quanto às erróneas expectativas que terá gerado na direcção do Partido e nas massas camponesas de, abruptamente, se inverter o estatuto da China de pequena economia em vias de desenvolvimento.

Sejam quais forem as explicações e responsabilidades históricas na decisão tomada" e não obstante o crescimento alcançado no domínio industrial e na colectivização da propriedade fundiária, no período final do 2.º Plano Quinquenal, o pesadíssimo, radical e megalómano «Grande Salto em Frente» traduzia-se também na baixa da qualidade da produção, no desperdício e quase esgotamento do parque de máquinas industriais, o que seria quase fatal, como veremos, à China.

Citando James M. Ethridge, *ibid*, «o aço fabricado em centenas de milhares de fornalhas improvisadas era virtualmente inútil e muita da construção era de uma qualidade pobre. A administração governamen-

---

<sup>11</sup> Em Julho de 1959, o Comité Central do Partido realizaria em Lushan uma reunião alargada para avaliação das experiências do *Grande Salto*. Mao apresenta sob a pressão do *politburo* uma autocrítica sobre os erros cometidos, atribuindo-os à falta de experiência na construção socialista e em falhas pessoais de vários dirigentes que teriam «violado a longa tradição de procurar a verdade nos factos e nas massas», um dos cânones do Partido e da dogmática maoista.

Ficam, para a história, «slogans» como «Alcançar e ultrapassar a Grã-Bretanha em 15 anos, na produção de aço e de outros produtos importantes» e o memorável «Ousar assaltar os céus» como exemplos do mimetismo e fervor revolucionários da propaganda oficial e do irrealismo em que se comprazia a gestão da economia.

tal estava um caos e as estatísticas eram falsificadas, por todo o lado. Dezenas de milhares de escolas iniciavam o seu funcionamento com inadequadas instalações e os professores «incompetentes» eram abandonados. No fim de 1959, o que Frank K. M. Su chamou o *período romântico da construção socialista da China*, tinha acabado».

A década seguinte reflectiria o maior pragmatismo dos planificadores chineses, na aprovação do novo Plano Quinquenal e no acerto da estratégia de desenvolvimento industrial e agrícola, sob o lema «reajustar, consolidar, colmatar e melhorar» embora corresponda ao arrepio da filosofia política que sustinha o *Grande Salto* e que visava, no fundo, marcar um ritmo e processo de desenvolvimento distintos dos traçados pela União Soviética e das próprias referências ideológicas, na construção do socialismo<sup>12</sup>.

Este período revela a procura de um sistema de planeamento ordenado que possibilite uma melhor combinação das capacidades de gestão, formação técnica e responsabilização de trabalhadores e gestores industriais através da atribuição de incentivos financeiros, entendidos como factores acrescidos da maior ou melhor produtividade. A rentabilidade económica, a eficiência técnica passam a ser valores emergentes; os incentivos morais, a mística da emulação hedonista socialista, a remuneração de acordo com as «necessidades» e não as «capacidades», o «hastear da bandeira vermelha da linha justa» referenciais relegados para segundo plano. O pragmatismo desta nova aproximação seria sumariada pelo então membro do Politburo, Deng Xiao Ping, na asserção «*não interessa que o gato seja branco ou preto, é preciso é que cace o rato*», o qual marcaria, quase dez anos depois, o reassumir da sua liderança no processo político chinês.

No campo industrial, a prioridade é transferida dos bens de produção para os bens de consumo, alargando-se a diferenciação das remunerações nas empresas, através da atribuição de um sistema de *bónus* e a generalização do critério da rentabilidade como o prioritário na avaliação da *performance* das empresas.

Novas regras são estabelecidas para a agricultura com a campanha «uma garantia, três liberdades», «*San-tzu i-piao*», a qual reintroduz a possibilidade dos camponeses, enquanto trabalhadores das comunas de explorarem cumulativamente os seus lotes privados (5 por cento da terra arável), de operarem pequenas indústrias artesanais e venderem

---

<sup>12</sup> Como refere Norman B. Scott, *ibid*, «essas ambições consistiam em subordinar o papel das cidades, a elite educada e a indústria pesada à mobilização económica, à educação e arregimentação da população rural (...) Numa perspectiva marxista, isto representa dar mais importância à transformação das «relações de produção». Pondo noutras palavras, esta filosofia representava uma diferente combinação dos objectivos socialistas face aos prosseguidos pelos países da Europa de Leste. A «*socialização*» da economia sobrepunha-se à sua «*modernização*», como objectivo de política e não consistia em mera nacionalização».

os seus produtos nos mercados rurais livres, tendo como contrapartida o cumprimento das quotas de produção estabelecidas pelo Governo Central (a garantia).

A introdução de tais regras, configurando a osmose do sistema de planificação central com os mecanismos de mercado e de retribuição material da melhor *performance* na produção, são contemporâneas da mudança da liderança soviética e do *split* sino-soviético. Esta guinada de direcção deixa desconfianças latentes na ala mais ideológica do Partido e no impetuoso guerrilheiro que, ainda pouco acamado ao pragmatismo exigido pela condução dos negócios do Estado sobre o terçar de argumentos de maior ou menor puritanismo ideológico, via nestas mudanças o entreabrir do retorno ao capitalismo, o surgimento da uma nova classe de mandarinato comunista e a pactuação com o *revisionismo soviético*<sup>13</sup>.

Para obviar estes desenvolvimentos, Mao recentraria a acção da direcção, no campo ideológico, na luta de classes dentro do Partido, com o lançamento do *Movimento de Educação Socialista*, «*Hsia-fang*», em Setembro de 1962, mandando os quadros do Partido para o campo para «aprenderem com as massas», o que lançaria o descontentamento geral da *intelligentsia*, naquilo que muitos autores consideram o ensaio do lançamento da Revolução Cultural, anos mais tarde e o afrontamento e, posterior neutralização dos «pragmáticos» que com o Presidente Liu Shaoqi procuravam instituir mecanismos perduráveis de controlo da economia e de alguma estabilização do funcionamento do aparelho de Estado.

Em Dezembro de 1964, o Primeiro-Ministro Zhou Enlai dirigia-se ao 3.º Congresso Nacional Popular e incentivaria os representantes do povo a apostar nas *4 Modernizações*: as da indústria, agricultura, defesa e a ciência e tecnologia.

O apelo não encontra, aparentemente, eco e o confronto ideológico intra-partido acentua-se.

Em 1965 começa a Revolução Cultural<sup>14</sup>. O sistema económico e

---

<sup>13</sup> Segundo Immanuel C. Y. Hsü, *ibid*, Mao temia que, se essas tendências se instalassem, o seu trabalho de doutrinação das massas desapareceria, o Partido ficaria separado das suas raízes históricas e o país cairia, uma vez mais, na influência da União Soviética. A relutância do aparelho do Partido de perpetuar a revolução preocupava Mao. Ele via uma tendência para gozar as mordomias de uma vida fácil, a procura de incentivos materiais e de privilégios salariais como conduzindo à burocratização do Partido e ao surgimento do individualismo — com a correspondente quebra de fervor revolucionário e a emergência de uma nova classe de burocratas similar aos *apparatchicks* do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), defensora da manutenção do *status quo*, da *traição* ao «verdadeiro espírito da revolução proletária» que minaria a economia colectiva e alimentaria um elitismo separado das massas.

<sup>14</sup> Citando o mesmo Hsü, *ibid*, «Mao queria restabelecer a supremacia da sua autoridade, a sua linha de revolução, o seu estilo de trabalho, revitalizar a juventude, politizar as massas, combater os velhos costumes, hábitos, cultura e

administrativo da China fica sob ataque de milhões de guardas vermelhos, que operam a transferência do Poder político dos mais pragmáticos responsáveis chineses para elementos radicais do Partido Comunista, em nome da destruição da velha cultura/liderança, que se dizia impedir a revolução social. O tumulto social e político que gera em consequência do abatimento das instituições oficiais depositárias do Poder e a exigência de maiores salários pelos operários conduz à decisão de congelamento dos preços até fins de 1966, decisão que perduraria dez anos e impediria o funcionamento do sistema de preços propriamente dito.

As produções agrícola e industrial caem significativamente e o bloqueio do sistema educativo leva à perda de uma geração de mão-de-obra qualificada, mobilizada para as trincheiras do combate político e ao afastamento de cientistas, professores e técnicos mandados à força para os campos para tarefas menores e reciclagem ideológica.

Em Janeiro de 1975, Zhou renova o seu apelo «por um sistema económico independente e relativamente industrial» a criar até 1980 e por uma modernização geral dos quatro sectores até ao fim do século, discurso que é considerado a base política das 4 Modernizações. O discurso colhe a reacção violenta do «Bando dos Quatro» que renuncia na estratégia da modernização «o caminho para a restauração do capitalismo».

Em fins de 1975, Deng Xiao Ping estabelece os três documentos fundamentais do processo das 4 Modernizações: «Directivas para as actividades do Partido a nível nacional», «Observações sobre os relatórios de actividade da Academia das Ciências» e «Certos aspectos relativos ao aceleração do desenvolvimento industrial». Deng torna-se o alvo prioritário da campanha do Bando contra o «vento divisionista de direita». Em Janeiro de 1976, Zhou morre e Deng é demitido de todos os seus postos.

Depois da morte de Mao, em Setembro de 1976, o Poder é transportado dos radicais do Partido Comunista Chinês (PCC) para os elementos mais pragmáticos que pretendiam a modernização do país e a ruptura com a herança radical que quase destruíra o partido e o aparelho de Estado. O julgamento do «Bando dos Quatro» entre Novembro de 1980 e Janeiro de 1981, marca o fim do revivalismo revolucionário e panfletário dos anos 60 e o recarrilar do sistema económico e políticos face ao estabelecido nos inícios da década. Em 1978, as 4 *Moderni-*

---

pensamentos — e fazê-lo com uma simples e imediata purga. O sentido de urgência terá sido acentuado por razões de saúde. Em 1964, tinha 71 anos, sofria da doença de Parkinson e possivelmente seria vítima de ataque cardíaco, no fim desse ano. Em Agosto de 1965, Mao referia a Edgar Snow que «em breve iria ver Deus (...) É altamente provável que Mao sentisse que tinha pouco tempo para rectificar os problemas que se confrontava». A Revolução Cultural franqueou uma década de convulsões e guerra civil que levou o país ao caos e à eminência da bancarrota. O Partido foi dizimado e muitos dirigentes purgados, demitidos, supliciados ou mortos».

zações tomam corpo num programa de médio prazo de desenvolvimento económico. Em 1978, são também definidos novos planos económicos.

No ano seguinte, a RPC estabelece relações a nível diplomático com os Estados Unidos. O comércio externo e o investimento tornam-se prioridades de desenvolvimento. No período de 1977/9 o valor das exportações e importações quase duplica, representando um crescimento real de 17 por cento.

Mas será a questão da definição do **modelo** de desenvolvimento económico da China até ao fim do milénio que marcará a separação de águas entre os reestabelecedores da ordem socialista e ainda testamentários das concepções político-económicas dominantes — os *whateveristas* — e os reformadores sediados à volta de Deng Xiao Ping.

Isso nos ocupará no capítulo seguinte.

A título de nota final, será útil retirar da análise a que procedemos, que a estratégia seguida pelo Partido Comunista Chinês, na construção do modelo socialista, não foi nem homogénea nem linear, revelando uma aproximação tipicamente chinesa de «tentativa, erro e correcção do erro», ainda hoje assumida abertamente como estilo de condução das políticas públicas. Estilo este que vai beber inspiração às *roots* da *economia de guerra* das «zonas libertadas», no período da guerra sino-japonesa, aos planos de industrialização soviéticos e mais tarde, como veremos, aos exemplos autónomos de construção do socialismo da Jugoslávia, da Roménia ou da Hungria e, ao percurso sinuoso, no seio do movimento comunista internacional, do venerado ideólogo e primeiro dirigente da revolução chinesa, Mao Zedong.

As várias fases que compõem esta(s) estratégia(s) de desenvolvimento económico desenham um percurso curvilíneo, por alguma forma elíptico, que se constrói em movimentos de expansão, retracção e consolidação, após uma campanha de «rectificação» política, durante o qual certas opções económicas liberalizantes são severamente criticáveis, bem como os seus «responsáveis»<sup>15</sup>.

Deste percurso é possível extrair um conjunto de *ideias-força* que marcam a trajectória do processo económico na China até ao fim do período de construção socialista que termina, em termos do modelo

---

<sup>15</sup> Em termos de modelo, poderemos extrair do processo de construção do socialismo na China até 1975, seis fases:

- 1.<sup>a</sup> - 1949-52 — Reabilitação da economia herdada da guerra civil;
- 2.<sup>a</sup> - 1952-57 — 1.º Plano Quinquenal, com prioridade na industrialização;
- 3.<sup>a</sup> - 1958-60 — Grande Salto em Frente - descentralização da indústria e da gestão da economia;
- 4.<sup>a</sup> - 1961-65 — Reajustamento e recuperação;
- 5.<sup>a</sup> - 1966-69 — Revolução Cultural - crise no desenvolvimento industrial e paralisação do Governo Central;
- 6.<sup>a</sup> - 1971-75 — Retoma da gestão planificada da Economia - 5.º Plano Quinquenal.

clássico do socialismo «científico», leninista, na 3.<sup>a</sup> Sessão Plenária do 11.º Comité Central do PCC, que tem lugar em Dezembro de 1978:

- I. Mobilização popular dos recursos nacionais, sob inspiração de um desígnio moral e claramente *confuciano* de processo de desenvolvimento;
- II. Igualitarismo, como *arquétipo*, na política distributiva e no franqueamento de oportunidades;
- III. A agricultura como *base* e a indústria como sector *dirigente* do desenvolvimento;
- IV. Um *equilíbrio* balanceado entre as exigências de desenvolvimento da cidade e do campo e a padronização do estatuto social das camadas maioritárias em cada sector;
- V. Estrito *controlo estatal* do crescimento e movimentos populacionais;
- VI. Planeamento *descentralizado* e largamente flexível, quer na fixação das metas, quer nos acertos correctores;
- VII. *Participação* popular na gestão das decisões macro-económicas.
- VIII. Pragmatismo e rapidez no realinhamento das políticas e das estratégias de desenvolvimento.

A manutenção, em grande parte, destas tendências, constituirá um dos segredos da continuidade da liderança comunista da China, ao longo dos anos 80 e 90, contrastando com o processo que levará à derrocada de todos os regimes comunistas, em praticamente todos os países sob tutela soviética, criados no rescaldo da II Guerra Mundial e da vitória aliada, e aos que emergiram no fim dos anos 70, das cinzas dos impérios coloniais europeus na Ásia.

### 3. AS 4 MODERNIZAÇÕES E A DESMAOIZAÇÃO DA CHINA

O período que medeia entre a morte de Mao e a 3.<sup>a</sup> Sessão Plenária do 11.º Comité Central, em Dezembro de 1978, marca um período decisivo, na história recente da China: a desmaoização do regime e a consolidação do poder da ala pragmática do Partido, sobre os herdeiros do puritanismo ideológico, a ortodoxia maoísta.

Nesta transição, há uma personalidade que desempenha um papel decisivo, Hua Kuofeng, herdeiro designado por Mao Zedong<sup>16</sup>. Cabe-lhe a responsabilidade da neutralização política e julgamento do «ban-

---

<sup>16</sup> Segundo Immanuel CY Hsü, *ibid*, e Richard C. Thornton, in «*The political succession to Mao Tse-tung*», *Issues & Studies*, XIV, 35, Mao deu em 30 de Abril de 1976 as seguintes instruções escritas a Hua« (7) *Prossegue o trabalho com calma, não com pressa*; (2) *Age de acordo com os princípios do passado*; (3) *Contigo na direcção, fico descansado*; os quais serviram como base da sua

do dos quatro» e a resolução de três pressupostos indispensáveis à preservação do regime; em primeiro lugar, o reforço da sua legitimidade como sucessor político de Mao; em segundo, a reabilitação dos quadros do Partido melhor adestrados para a condução dos negócios do Estado, o primeiro dos quais Deng Xiao Ping; em terceiro lugar, o reacerto das prioridades de desenvolvimento por forma a acelerar a modernização da economia paralisada pelas tropelias da Revolução Cultural.

Em Novembro de 1976, Hua anuncia a reabilitação de Deng<sup>17</sup> e a revisão do 5.º Plano Quinquenal, por forma a apressar as 4 Modernizações. Mas apesar do sinal positivo que estas iniciativas evidenciam, confrontam-se três visões relativamente ao desenvolvimento da China.

A primeira, pretendia que a China atingisse um crescimento rápido, com poucas reformas sistemáticas e será implementada entre 1976 e 1978 pelo próprio Hua Kuofeng, através da manutenção, no essencial, do sistema pré-Revolução Cultural e a descentralização de poderes de decisão nos órgãos locais do Partido sob controlo aturado do centro político.

A segunda, era assumida por Chen Yun, o pai do 1.º Plano Quinquenal. Chen acreditava que a China precisava do planeamento socialista e que os falhanços das duas décadas anteriores resultavam não do sistema em si, mas dos erros, dos descontrolos e da pouca eficácia na aplicação do sistema de planeamento. A China era demasiado pobre e a sua população demasiado grande para produzir bens suficientes para acorrer à procura. Abrir o mercado depressa de mais conduziria a uma inflação incontrolada e à deslocalização de recursos, dos projectos indispensáveis ao desenvolvimento nacional para os projectos de baixa produtividade. A China devia continuar a confiar nos mecanismos do controlo de preços e no controlo do déficit orçamental e das trocas com o estrangeiro.

A terceira visão, assumida por Deng Xiao Ping, evidenciava que havia problemas sistémicos e uma irracional rigidez que bloqueava o progresso do país. As reformas eram necessárias para lançar as fundações de um sólido progresso em direcção às 4 Modernizações, por várias décadas.<sup>18</sup>

---

legitimação como herdeiro político do moribundo dirigente da R.P.C. Este evento histórico, corroborado em inúmeros testemunhos da época, reforçam a ideia-matriz de um regime com evidentes inspirações imperiais, reveladas na forma de sucessão dinástica, que inspiraria, mais tarde, o último país estalinista do mundo, a Coreia do Norte.

<sup>17</sup> Deng retoma os seus postos anteriores como membro do Politburo, vice-presidente do Comité Central, primeiro vice-ministro, vice-presidente da Comissão Militar e comandante do Exército Popular de Libertação.

<sup>18</sup> Segundo Ezra F. Vogel, in «*One step ahead in China - Guangdong under reform*», Harvard University Press, London, 1989, p. 76, Deng sabia que os líderes experimentariam dificuldades entrando em território desconhecido. Por isso teriam que adoptar uma estratégia de «dar um passo e olhar», «Zou yibu, Kan



Na 1.<sup>a</sup> sessão do 5.º Congresso Nacional Popular, em Fevereiro de 1978, Huo Kuofeng anuncia um grande programa de modernização, o Plano Decenal 1976/85, englobando a agricultura, a indústria, a ciência e tecnologia e a defesa nacional. Apesar de dirigido a um horizonte de 8 anos, o plano aposta em objectivos bem ambiciosos.

Na indústria, o investimento maciço correspondendo ao total do investimento efectuado nos 28 anos anteriores; uma taxa de crescimento de 10 por cento para todo o sector, a construção de 120 grandes projectos industriais (entre oleodutos, centrais de energia, portos e bargagens) por forma a colocar a produção industrial, no fim do século ao nível dos países capitalistas mais desenvolvidos; aumento da produção de aço para 60 milhões de toneladas em 1985 e 180 em 1999; construção de 10 novos campos petrolíferos, no valor de 60 biliões de US dólares; construção de 8 novas minas de carvão; construção de 30 estações de produção de energia, por forma a fazer disparar a produção eléctrica de 6 para 8 milhões de quilowatts por ano.

Na agricultura, a rentabilização da produção agrícola através da mecanização, electrificação, irrigação e melhor utilização dos fertilizantes químicos e em termos de metas quantitativas, o aumento da produção agrícola de 4 a 5 por cento ao ano; o crescimento da produção de bens alimentares de 285 milhões de toneladas em 1977 para 400 milhões em 1985; a mecanização de 85 por cento das tarefas agrícolas; a expansão dos trabalhos hidráulicos por forma a assegurar uma extensão de 121 milhões de acres de terreno de regadio; o estabelecimento de 12 áreas-base de produção de produtos alimentares e bens de consumo; a diversificação dos incentivos de produção e alargamento da faculdade de exploração familiar privada da terra (representando 25 por cento da produção agrícola e produtos subsidiários).

A ciência e tecnologia é instituída como sector básico para a modernização dos outros três sectores, integrando vários objectivos sectoriais, por forma a que a China estivesse em 1985, unicamente 10 anos atrasada relativamente às nações mais desenvolvidas e no fim do século pudesse apanhar as nações avançadas<sup>19</sup>.

---

Yibu». Após cada mudança haveria que olhar e tentar corrigir os erros e piores consequências. Se necessário dar-se-ia um pequeno passo atrás. Deng e Zhao Ziyang estavam dispostos a aceitar alguma desordem como preço das reformas, segundo o mesmo autor.

<sup>19</sup> Segundo Hsü, *ibid*, a Conferência Nacional para a Ciência, reunida em Março de 1978, estabeleceu um Plano Director para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia tendo como metas: (1) atingir ou aproximar-se dos níveis de desenvolvimento dos países mais desenvolvidos, em tecnologia em 1970, nos vários domínios científicos e tecnológicos; (2) aumentar o número de investigadores científicos para 800 000; (3) desenvolver centros de pesquisa e investigação modernos; (4) instalar um sistema nacional de investigação científica e tecnológica. O Plano Director identificava 108 projectos em 27 domínios como projectos-cha-ve.

A China dispunha em 1978 do exército regular maior do mundo, em número de homens<sup>20</sup>, mas com excepção das unidades estratégicas (bombas atómicas e mísseis balísticos) a tecnologia militar chinesa encontrava-se 20 a 30 anos atrás do ocidente. Embora altamente motivados na doutrinação maoísta da guerra popular, o Exército Popular confrontava-se com grandes dificuldades por falta de financiamento e tecnologia obsoleta, grande parte dela fornecida pelos soviéticos durante os anos 50, ao abrigo da ajuda socialista.

A nova liderança reconhecia a necessidade de substituir o material obsoleto, embora ponderando os custos astronómicos dessa medida. Daí que o Plano tenha eleito a modernização das Forças Armadas como prioridade nacional<sup>21</sup>.

São estes os objectivos programáticos das 4 modernizações. O objectivo final era transformar a China num país moderno avançado no ano 2000. As 4 Modernizações são inscritas na Constituição do Partido (11.º Congresso, Agosto de 1977) na Constituição do Estado (5.º Congresso Nacional Popular), por forma a vincular as posteriores lideranças<sup>22</sup>.

O imenso investimento exigido pela implementação do Plano Decenal traduziu-se logo no primeiro ano do arranque na cativação e aplicação do correspondente a 36 por cento do produto nacional, o que aliado à carência de recursos financeiros disponíveis, nomeadamente em divisas externas, à falta de tecnologia e recursos científicos, colocou a liderança na necessidade de reavaliar os objectivos do Plano e de

---

<sup>20</sup> Segundo dados citados por Lawrence Freedman em «*The West and the Modernization of China*», Royal Institute of International Affairs, London, 1979, o exército chinês dispunha de 4 325 000 homens dos quais 3 250 000 em forças terrestres, 68 000 na marinha e 400 000 na força aérea. Dennis Woodward refere-se-lhe também em «*The PLA: A people's army under modern conditions?*», in «*China: dilemmas of Modernization*» editado por Graham Young, salientando que as forças terrestres estão divididas em unidades principais e fronteiriças. Existem estimativas que avaliam as primeiras, entre 130 a 140 divisões regulares principais, compostas de 118/125 divisões de infantaria, 9 a 12 unidades motorizadas e três divisões aerotransportadas. As guarnições fronteiriças dispõem de 70 divisões, bem como de regimentos de engenharia, sinalização e luta antiquímica. A estes números haverá que acrescer as milícias, contendo efectivos na ordem dos 60 milhões.

<sup>21</sup> Jonathan Pollack refere em «*China's four modernizations*», editado por Richard Baum, Boulder, 1980, p. 247, que embora o orçamento de defesa da China seja um segredo de Estado, o Ocidente avaliava-o em 1976, em cerca de 32.8 biliões de US dólares, o terceiro do mundo; uma outra fonte estimava-o em 1978 em cerca de 7/10 do Produto Nacional Bruto, isto é, 35 biliões de US dólares.

<sup>22</sup> Cfr. para maior desenvolvimento sobre as 4 Modernizações para além do já citado Immanuel C. Y. Hsü, *The rise of modern China*, p. 803-814, Richard Baum, *China's Four Modernizations*, Boulder, 1980, Graham Young, in *China: dilemmas of modernization*, Croom Helm, Dover, 1985.

rearrumar a ordem das prioridades: primeiro a agricultura, segundo a indústria ligeira, terceiro a indústria pesada<sup>23</sup>.

Na **3.<sup>a</sup> Sessão Plenária do 11.º Comité Central do PCC**, em De-zembro de 1978, é estabelecido um período de três anos, com início em 1979, para ajustamento, reconstrução, consolidação e melhoria da economia nacional, correspondendo a um corte drástico do investimento público, ao abrandamento da velocidade da modernização, indo de encontro às preocupações dos líderes pragmáticos. O déficit orçamental duplicado e o irrealismo da previsão das receitas geradas pela produção petrolífera e pelas exportações, no período de arranque do Plano Decenal, torna premente a introdução de técnicas de planeamento mais sofisticadas e pormenorizadas. Mas tão importante quanto isso o comunicado do 3.º Plenário anuncia que a China expandirá activamente a sua cooperação económica com o exterior e lutará pela adopção de tecnologias e equipamentos dos países mais avançados.

Do ponto de vista político, Deng inicia em 1978 a difusão das ideias que vão constituir o *paradigma* do processo de modernização da China e da abertura ao exterior e o *esteio* da legitimação da assunção do poder político, episodicamente assumido pelo herdeiro de Mao, em muito comprometido com os abusos dos anos de fogo da Revolução Cultural.

Deng acentua como linhas directoras do trabalho político do Partido e do Governo que *a prática é o único critério da verdade* e que há que *procurar a verdade nos factos*, os quais constituem o rompimento com o monolitismo e mecanicismo da ortodoxia maoísta, responsáveis pelos erros cometidos no processo de desenvolvimento político-económico do país<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Segundo Chu-Yuan Cheng em «*The modernization of Chinese industry*», incluindo na obra de Richard Baum, o investimento na agricultura passou de 26 para 50 biliões de US dólares enquanto na indústria pesada a meta de produção do aço foi diminuída de 60 para 45 milhões de toneladas. As indústrias de carvão, produção de energia eléctrica, petróleo e construção mantiveram-se como prioridades de investimento. Por outro lado, projectos que podiam ser concluídos em curto espaço de tempo ou com capacidade de atracção de investimentos estrangeiros foram encorajados. Os que dependiam largamente quer de avultados financiamentos estatais, quer de matérias-primas, localização, transporte ou capacidades técnicas foram abandonados ou suspensos.

<sup>24</sup> «Quando dizemos que a teoria deve ser testada na prática estamos a analisar o que é essencial. Quando esta questão é posta em causa, mostra como o pensamento de certas pessoas rigidificou. O problema básico continua a ser o que mencionei através — o entendimento dessas pessoas viola o princípio do camarada Mao Zedong de procurar a verdade nos factos e nos princípios do materialismo histórico e dialéctico. Temos nesse entendimento o reflexo do idealismo e da metafísica. O mundo muda todos os dias, novas situações emergem bem como novos problemas. Não nos podemos dar ao luxo de fechar as nossas portas, recusar-nos a usar a nossa cabeça e ficar para sempre atrasados. No mundo moderno, a China é considerada um país pobre. Comparativamente ao terceiro mundo, a China é subdesenvolvida. Nós somos um país socialista. A expressão básica da

Por via da assunção das posições teóricas de Deng de rejuvenescimento do núcleo original do património ideológico do maoísmo, em contraponto à perversão radical da politização da luta de classes dentro do Partido e do Estado (*fogo sobre o quartel-general*) que sob inspiração do próprio Mao tinha conduzido a China quase à ruptura e à anarquia, o Partido rejeita a máxima de Mao da «política no lugar de co-mando» trocando-a pela «economia no lugar do comando», visualizando que a China se possa tornar um país desenvolvido no ano 2000 (ou mais realisticamente no período inicial do próximo século<sup>25</sup>).

Do ponto de vista dos reformistas, tratava-se não de substituir a coordenação burocrática pela coordenação do mercado e a propriedade pública pela propriedade privada, mas de fazer algo semelhante a um *transplante* do envelhecido **corpo dirigente do planeamento central**<sup>26</sup>,

---

superioridade do nosso sistema socialista é que ele permite que as forças produtivas da nossa sociedade cresçam a uma taxa rápida desconhecida na velha China, e que isso permite gradualmente satisfazer as necessidades crescentes do nosso povo no campo material e cultural (...) Que fizemos realmente pelo povo? Devemos tirar partido das condições favoráveis para acelerar o crescimento das forças produtivas e melhorar a vida material e cultural do povo e alargar as suas perspectivas» in «*Hold high the banner of Mao Zedong thought and adhere to the principle of seeking truth from facts*»; in *Selected Works of Deng Xiaoping* (1975/1982), Foreign Languages Press, Beijing, p. 141.

<sup>25</sup> Deng referia em Dezembro de 1979, que o objectivo das 4 Modernizações era quadruplicar o Produto Nacional Bruto existente de 250 biliões de US dólares para um trilião no fim do século, com o valor «per capita» de 1 000 US dólares. Mais tarde considerando o aumento populacional de 1 para 1,2 biliões de pessoas reajustaria essa previsão do PNB para 800 US/ «p. capita», mantendo o objectivo de 1 trilião. Vide *Building Socialism with Chinese characteristics*, Foreign Language Press, Beijing, 1985.

<sup>26</sup> O progresso económico da China sempre dependeu mais da determinação da liderança política e do suporte político da população aos objectivos económicos do que da aplicação de técnicas de planeamento como instrumento de gestão da economia. Os planificadores chineses diferem em muitos aspectos dos seus congéneres soviéticos. A China tem uma verdadeira constelação de planos. Para além dos Planos Quinquenais, há planos por cada província e sector industrial, por cada municipalidade e mesmo por cada fábrica. Os planos têm diferentes horizontes, não sendo clara a sua consistência e coerência. Deverá, no entanto, ter-se em atenção que os planos provinciais são o núcleo essencial da planificação chinesa, constituindo o plano nacional o esmiuçar de indicadores macroeconómicos para os grandes sectores e para a pormenorização dos planos sectoriais. A sua definição a nível provincial, posteriormente remetida para a Comissão Nacional de Planeamento permite conformar e compatibilizá-los com a estratégia nacional e com as linhas de orientação definidas a nível central: taxa de crescimento da agricultura/ taxa de crescimento da indústria; indústria pesada/ indústria ligeira; construção da base económica do socialismo/necessidades da população; acumulação/consumo; variação da produção/variação do emprego; poder de compra/bens de consumo. Ao contrário, o sistema de planificação soviético sustinha-se num planeamento centralizado administrativamente, devotando absoluta prioridade à indústria pesada e fazendo uso extenso dos incentivos materiais e da diferenciação dos rendimentos para fazer crescer a produtividade, o que correspondia a uma estrati-

quase privatizando os seus órgãos mais doentes por forma a melhorar a circulação da informação e o sistema de incentivos, ao serviço do menor desperdício, garantia das receitas do Estado e a estabilidade social.

Por outras palavras, o processo de descentralização maoísta e po-liticamente *engage* do *Grande Salto em Frente* e de certa maneira da Revolução Cultural, em que o Estado como que se desmembrava em unidades celulares auto-governáveis, auto-suficientes, deslocando o poder de decisão para as autoridades locais ao nível das províncias e mesmo abaixo, dá com o processo das reformas iniciadas em 1979 uma nova impulsão, despoletando a questão do próprio **modelo** de gestão da economia e do porfiado equilíbrio entre sector público e estatal, sector cooperativo e sector privado.

Poderá afirmar-se, aliás, que o processo de reformas económicas despoletado em 1979 se divide em duas fases: uma até Outubro de 1984, onde na tradição chinesa os esforços de reforma e modernização são concentrados nas áreas rurais e na agricultura, como forma de aquietação das expectativas dos camponeses, o eterno barómetro da revolução chinesa e do equilíbrio entre líderes e massas; uma segunda, que continua desde o fim de 1984 quase até ao presente, em que se procura uma justaposição dos esforços da reforma ao conjunto do sistema económico, mas com particular ênfase da modernização económica das cidades e dos principais aglomerados urbanos principais colocados no acesso aos mercados externos.

Em 8 de Julho de 1979, a China adopta a sua nova «Lei sobre Joint-Ventures usando capital chinês e estrangeiro», dando um passo decisivo na sua abertura ao exterior.

Em termos políticos, importa referir que o 3.º Plenário do Congresso Nacional Popular, em Maio de 1980, marca a renúncia de Hua Kuofeng aos seus cargos como presidente do Partido e primeiro-ministro, mantendo-se, transitoriamente, na Comissão Político-Militar. Deng retira-se formalmente dos seus cargos no Estado, deixando o poder entregue a uma liderança colectiva constituída entre outros por Hu Yao-bang (designado secretário-geral) e Zhao Ziyang (designado primeiro-ministro), mas mantendo-se nos bastidores no controlo dos equilíbrios políticos entre conservadores e reformadores e na supervisão da velocidade das reformas<sup>27</sup>.

---

ficação classista diferente em que o proletariado urbano e não o campesinato haviam liderado e ganho a revolução. A base do *split* sino-soviético dos anos 70, o *stress* relacional entre Estaline e Mao e mais tarde Khrushchev-Mao na liderança do bloco comunista e do Terceiro Mundo poderá encontrar causa não dispicienda nessa concepção antagónica de formação da *elite* comunista e nas origens de classe dos líderes das duas superpotências.

<sup>27</sup> Segundo Ezra F. Vogel, *ibid*, Deng instituiria em 1979 um *think tank*, a Comissão da Reforma do Sistema Económico, dirigida primeiro por Zhao e de-pois por Li Peng, como objecto de liderar o processo das reformas e definir as suas linhas gerais, deixando à criatividade das estruturas locais e regionais o en-saio das medidas. As políticas formais da reforma eram institucionalizadas depois de se ter tentado em várias direcções e com várias cambiantes.

As mudanças instituídas sob a direcção do outrora expurgado diri-gente do Partido, por diversas acusações<sup>28</sup>, ficarão para a história como a 2.<sup>a</sup> revolução da China ou como já lhe chamaram **a revolução tranquila**, cuja catalogação foge aos arquétipos teóricos tradicionais<sup>29</sup>, mas que projecta experiências anteriores para novos estádios de evolução do modelo *tertius genus* do *socialismo de características chinesas*<sup>30</sup>, associando um elemento diferencial de entrosamento, em termos do modelo económico, de um país ideologicamente socialista, com uma lógica operativa de economia liberal, na tradição *smithiana*.

Trata-se de assunção da **abertura ao exterior**, leia-se ao mundo capitalista avançado, como estratégia continuada de modernização e de desenvolvimento nacional, captando-se dessa abertura os factores de inovação e de projecção no futuro como elementos de osmose e de síntese do modelo de desenvolvimento e não, como até aí, de genes da perversão de um trajecto diferenciado e autónomo e, portanto, imutável quanto à pureza e fiabilidade ideológicas.

Pela primeira vez, na história recente da China, o relacionamento externo, a cooperação técnica, económica, científica, financeira ou comercial com o Ocidente é assumida, como pressuposto do engajamento

---

<sup>28</sup> Deng Xiao Ping perdeu os seus lugares no Partido por duas vezes, em 1967 sob a acusação de «apaniguado capitalista» e em Fevereiro de 1976, sob ordem do próprio Mao e por acusações políticas de direitismo.

<sup>29</sup> Jan S. Prybyla comenta no seu «*Mainland China's Economic System: a study in contradictions*», *Issues & Studies*, Agosto de 1994, p. 1/30, que «a segunda reforma foi lançada no fim de 1978 e está ainda em desenvolvimento. Consiste num gradual e não-violento desmantelamento dos mecanismos de coordenação burocrática, ou daquilo que deles restou da Revolução Cultural, da propriedade colectiva e estatal e sua substituição pela coordenação do mercado e várias combinações da titularidade da propriedade com tendências privadas. A infraestrutura analítica e ética é, nesta fase, quase esquizofrénica, oficialmente é marxista-leninista-maoista (os chamados *4 Princípios Básicos*: construção socialista, ditadura do proletariado, liderança do Partido e marxismo-leninismo-pensamento de MaoZedong); no dia-a-dia a prática é o pragmatismo mais flexível».

<sup>30</sup> De certa maneira concordo com Jan S. Prybyla, *ibid*, que a experiência chinesa sugere que o socialismo clássico pode ser visto como meramente *uma de várias formações sociais históricas* não imunes a pressões internas para transformação eventual como resposta a mudanças imparáveis às problemáticas do ambiente e das novas tecnologias», o que, curiosamente, hipoteca a concepção do socialismo como antecâmara da sociedade terminal, o comunismo, concepção estrutural no marxismo. Entendo, contudo, ao contrário do que deixa explicitar, que não existe uma concepção única de direcção da economia, com cambiantes mais ou menos subtis a Oeste e a Leste, o que está associado com a *quimera americana* do fim da história e das ideologias. E a procura de uma nova construção do socialismo para a gestão da economia que está verdadeiramente em causa, no processo chinês, depois da extinção das experiências históricas da auto-gestão jugoslava e da descentralização do aparelho da condução da economia da Hungria. Creio absurda a padronização da concepção económica americana como arquétipo de todos os países e nações, nomeadamente os que resultam do fim do(s) bloco(s). É uma concepção que serve, objectivamente, uma visão monista e centrípeta de desenvolvimento do mundo que se me afigura irrealizável e perigosa.

duradouro da China nas suas relações internacionais e não como ceder à necessidade de alcançar extra-fronteiras o *know-how*, experiência ou *performance* que não dispõe. Como referiu Zhao Ziyang «ao ligar o nosso país com o mercado mundial, ao expandir o seu comércio externo, ao importar tecnologia avançada, ao utilizar o capital internacional e estabelecer outras formas de cooperação económica e tecnológica, a nível internacional, nós melhoramos a nossa capacidade de acção própria» (*Beijing Review*, 21 de Dezembro de 1981).

Citando o próprio Deng «o isolamento impossibilita o desenvolvimento de qualquer país. Nós sofremos disso, bem como os nossos antepassados (...) Nós devemos abrir-nos ao mundo exterior. Isso não nos fará mal. Alguns dos camaradas estão preocupados de que coisas indesejáveis podem acontecer. Sobretudo que o país se possa tornar capitalista (...) Isso não acontecerá. Naturalmente, haverá efeitos negativos. Teremos que viver com eles, apesar deles serem difíceis de ultrapassar. Se regressarmos ao isolacionismo e fecharmos as portas outra vez, será impossível alcançarmos o nível de desenvolvimento dos países mais desenvolvidos em 50 anos. Quando o nosso PNB *per capita* alcançar vários milhares de dólares, nenhuma burguesia emergirá, porque os elementos essenciais como os meios de produção continuarão propriedade do Estado ou propriedade do povo. E se o país prosperar e as condições materiais e culturais do povo continuarem a melhorar, que mal há nisso?»<sup>31</sup>

#### 4. REFORMA ECONÓMICA E ABERTURA AO EXTERIOR

Em Setembro de 1982, o 12.º Congresso do PCC definirá como objectivo basilar da construção económica da China durante os anos que medeiam até ao fim do século, a *quadruplicação* do valor bruto anual da produção agrícola e industrial de 710 biliões de yuans em 1980 para 2 800 biliões em 2000, por forma a colocar a China em lugar de frente em termos do rendimento nacional bruto e na produção agrícola e industrial. Daí que a produção industrial e os sectores da agricultura, energia, transportes, educação e ciência tenham sido eleitos sectores prioritários de desenvolvimento económico compreendendo duas fases: uma primeira até 1990, dirigida à consolidação de esforços anteriores e à acumulação de experiências e capital para o salto de crescimento planeado a partir de 1990 até ao fim do século<sup>32</sup>. A nova concepção do sistema económico passa a ter dignidade constitucional, através da promulgação da nova Constituição de 1982, pela Assembleia Na-

---

<sup>31</sup> Extracto do discurso na 3.ª Sessão Plenária da Comissão Consultiva do PCC, em 22 de Outubro de 1984, publicada na obra «*Fundamental issues in present-day China*», Foreign Language Press, Beijing, 1987, p. 79-82.

<sup>32</sup> O 5.º Plano Quinquenal previa uma taxa de crescimento anual de 7,2 por cento entre 1981 e 2000, que viria largamente a ser ultrapassada como elucida o seguinte quadro referido em «*Encyclopedia of New China*.», pág. 310:

cional Popular, em 4 de Dezembro<sup>33</sup>.

Quase dois anos depois, a 3.<sup>a</sup> Sessão Plenária do 12.º Comité Central explicita as componentes da reforma.

Na agricultura, são princípios orientadores o respeito pela propriedade privada, a salvaguarda das decisões das brigadas de produção em matéria de fixação de objectivos, a implementação do «princípio de cada um segundo o seu trabalho» em vez do igualitarismo distributivo de períodos anteriores, a protecção dos lotes privados dos camponeses e da faculdade da sua exploração individual em unidades económicas familiares, o reajustamento dos preços pagos pelo Estado pelos produtos agrícolas tendo em conta o custo efectivo da produção. É estabelecido um novo *sistema de responsabilidade* na produção agrícola, «*pao-kan tao-hu*», com a celebração de contratos entre as brigadas de produção (estrutura administrativa do estado socialista nos campos) e as famílias de agricultores definindo à partida quotas de produção mas clarificando-se as contraprestações entre agricultor e Estado<sup>34</sup>. Concomitantemente são desenvolvidos esforços na especialização da produção e no uso de novas tecnologias agrícolas, melhor orientando a

#### Produto Nacional Bruto e Rendimento Nacional

Ano	PNB (em biliões Yuans)	RN	PNB (Tendo 1952 como 100)	RN	RN/p.c (em yuans)
1952	101.5	58.9	100.0	100.0	104
1957	160.6	90.8	170.9	153.0	142
1965	269.5	138.7	285.2	197.5	194
1978	684.6	301.0	725.8	453.2	315
1984	1.314.7	563.0	1.237.0	730.4	547
1985	1.630.9	682.2	1.111.1	820.2	656

<sup>33</sup> «A base do sistema económico chinês da RPC é a propriedade pública socialista dos meios de produção nomeadamente a detida por todo o povo e a detida colectivamente pelo povo trabalhador» (Artigo 6.º).

A economia está dividida em quatro sectores, de acordo com a forma de detenção dos meios de produção: (1) o sector estatal da economia, sob propriedade de todo o povo, sector líder da economia (composto maioritariamente por empresas públicas, (artigo 6.º); (2) o sector económico da propriedade colectiva das massas trabalhadoras (correspondendo à situação das comunas populares e às cooperativas de produtores agrícolas, (artigo 8.º); (3) o sector da economia individual e privada (congregando os empresários individuais e as empresas privadas, (artigo 11.º); (4) o sector sob participação ou propriedade de estrangeiros (o relativo às «joint-ventures» de capital misto, às «joint-ventures» cooperativas e às empresas controladas pelo capital estrangeiro, (artigo 18.º), in Constituição da República Popular da China, aprovada na 5.<sup>a</sup> Sessão do 5.º Congresso Nacional Popular em 4 de Dezembro de 1982).

<sup>34</sup> De acordo com Immanuel C. Y. Hsu, *ibid*, um lote de terra é inicialmente afecto a cada família de agricultores por uma época agrícola ou um ano (podendo ir até 15 anos). A propriedade da terra continua pública, mas a produção é definida por contrato, o qual especifica as quantidades de cereais que são plantados e a



produção para o comércio interno<sup>35</sup>.

Os resultados da reforma não são menos que espectaculares. A taxa de crescimento anual na produção de cereais cresce de 2,1 por cento, durante o período de 1957-78, para 4,9 por cento no período de 1979-84, com produção recorde em 1984 de 407 milhões de toneladas, transformando a China, de um tradicionalmente país importador de produtos agrícolas para exportador de cereais, soja e algodão, grangeando-lhe um *surplus* comercial de 4 bilhões de US dólares em produtos agrícolas, entre 1980 e 1984.

Nas cidades da China concentra-se grande parte das indústrias de produção de bens de consumo e de equipamento e as actividades financeiras e de serviços. Um problema grave no funcionamento das empresas tinha a ver com as limitadíssimas capacidades de gestão, fruto do controlo político-ideológico de outros tempos. Uma aposta muito clara desenha-se na consolidação das capacidades de decisão e gestão das unidades industriais através da profissionalização dos seus dirigentes. As fábricas passam a dispor do poder de acertar a produção com as exigências do mercado, de comprarem o equipamento industrial e as matérias-primas no mercado, de venderem os excedentes de produção relativamente às quotas fixadas pelo Estado aos preços mais convenientes. Na utilização dos financiamentos atribuídos pelos organismos

---

parte da produção que é entregue à brigada de produção como pagamento pelo uso da terra. Este pagamento cobre também as despesas gerais como as taxas de irrigação, assistência médica e encargos com as reformas. Cada família tem, assim, o completo controlo dos seus recursos humanos, podendo vender nos mercados livres os excedentes da produção relativamente à quota do Estado. A família de agricultores assume assim a total responsabilidade do processo de produção, desde a escolha das sementes, ao recrutamento de trabalhadores, escolha de fertilizantes, tempos de trabalho e preparação do solo até ao produto final. Tendo começado a funcionar em 1979, o sistema de responsabilidade *Pao-kan* alarga-se rapidamente a todas as províncias em 1980-81 até 1984, em que cerca de 98 por cento das famílias de agricultores se regulam por ele. O sistema substituiu gradualmente o papel das comunas as quais são extintas, salvo alguns exemplos históricos. Em 1987, o sistema seria ainda mais liberalizado com a permissão da venda do direito de utilização da terra de uma família para outra, introduzida pelo 13.º Congresso do Partido.

<sup>35</sup> Os produtos comercializados nos mercados e feiras provenientes desta economia paralela cresceram de 49 para 55 por cento entre 1978 e 1984 enquanto a percentagem de cereais para consumo interno sobe de 20 por cento em 1978 para mais de 35 por cento em 1984, conforme dados citados na *Encyclopedia of New China*, *ibid.* Segundo Hsü, *ibid.*, em 1987 as colheitas de trigo e arroz cresceram 50 por cento relativamente às atingidas sob o sistema das comunas. Mas mais importante que isso, o agricultor passa uns meros 60 dias por ano na ceifa, em vez dos 250 a 300, no tempo das brigadas colectivas de produção. Isso permite dispor dos dias restantes para outras actividades lucrativas, o que se traduziu numa elevação significativa dos «standards» de vida e na prosperidade familiar, disparando as necessidades de consumo.

estatais às empresas<sup>36</sup> passa-lhes a ser permitido a utilização de parte dos lucros como recursos próprios, alterando-se a prática de entrega às entidades centrais de todos eles, bem como os fundos de depreciação. Outras inovações são introduzidas na flexibilização da gestão das empresas e no sistema de retribuição dos trabalhadores, por forma a eliminar as práticas irracionais, a baixa produtividade, o desperdício. Trata-se de fazer repercutir no sistema de produção, a lei de valor.

Assim é constituído um **Sistema de Responsabilidade Industrial** através do qual cada empresa estatal celebra um contrato de perdas e danos, «*yin-k'ui-pao-kan*», com a sua estrutura de supervisão e controlo, estabelecendo a quota de produção e a parte de lucros a devolver ao Estado e as aplicações dos excedentes. Em 1981/2 o sistema de retenção dos lucros evolui, permitindo-se a retenção de uma maior parte dos lucros, como fundos próprios, bem como a aplicação dos saldos orçamentais na diminuição das perdas. Em fins de 1982 quase todas as empresas industriais encontram-se sob esse sistema<sup>37</sup>. O sector continua, no entanto, a denotar uma forte componente de indústria pesada<sup>38</sup>.

A queda das receitas estatais em resultado da retenção de lucros

<sup>36</sup> A estrutura industrial construída por Mao nos anos 50, sob inspiração do modelo soviético, caracterizava-se pelo planeamento central e pela prioridade à indústria pesada. Como único proprietário o Estado planeava, dirigia e subsidiava as empresas públicas. O Estado concedia terrenos, instalações, equipamento, material básico, capital de funcionamento, gestores e tudo o que é usado no processo de produção. Estabelecia, também, os preços dos produtos acabados sem ter em conta os custos ou a sua qualidade. Como refere Immanuel C. Y. Hsü, *ibid* «cada empresa comia do **Grande Pote do Estado** e cada trabalhador do **Grande Pote da Empresa**. Daí que em 1979-80 cerca de 25 a 30 por cento das empresas do Estado operassem em perda.

<sup>37</sup> Os gestores passam a ser responsáveis por todas as decisões económicas, inclusive a contratação e despedimento de trabalhadores, salários e bónus e fixação dos preços de produção dentro dos limites definidos pelo Governo. Exercem a sua função por mandatos de 4 anos renováveis uma a três vezes.

<sup>38</sup> Em termos de segmentos industriais é a seguinte a **estratificação da Indústria chinesa**:

Sectores	Ratio do out-put (%)		Taxa de crescimento (1953-85) (%)
	1952	1985	
Total da Indústria	100	100	11.0
Metalurgia	5.9	8.0	11.6
Energia	1.3	3.3	13.1
Carvão	2.4	2.3	8.0
Petróleo	0.5	4.5	17.3
Químicos	4.8	11.2	16.4
Máquinas	11.4	26.9	15.2
Materiais de construção	3.0	4.2	11.7
Materiais florestais	6.5	1.6	4.6
Alimentação	24.1	11.5	6.9
Têxteis	27.5	15.3	8.3
Papel	2.2	1.3	8.5

pelas empresas e localidades, o afrouxamento dos mecanismos de controlo das suas aplicações, em resultado da maior descentralização do poder efectivo nos órgãos de poder locais, leva as autoridades centrais a instituírem, em Junho de 1983, um novo imposto nacional sobre os lucros das empresas, correspondendo a 55 por cento da totalidade dos lucros para as grandes e médias empresas e a um quadro de taxas variáveis para as pequenas empresas.

As reformas introduzidas na economia das cidades ultrapassam as expectativas mais ambiciosas do plano quinquenal. A propriedade privada e cooperativa alargam-se, crescendo significativamente o número de trabalhadores dos sectores público, privado e por conta própria. As empresas orientam a sua actividade para o mercado e as necessidades dos consumidores. O papel do planeamento é reconsiderado, fenecendo o seu carácter imperativo e rígido, tornando-se meramente indicativo. O mercado passa a ser o verdadeiro regulador da economia e alarga a sua influência, à medida que a economia se internacionaliza e as barreiras à entrada de capital estrangeiro, à propriedade de empresas por estrangeiros caem, pela pressão da expansão económica e pela acção dos reformadores na direcção do Partido, designadamente o posteriormente sacrificado primeiro-ministro Zhao Ziyang.

O Partido corrobora o sentido das reformas esboçadas na «Resolução sobre a reforma do sistema económico», aprovada em 20 de Outubro de 1984, no 3.º Pleno do 12.º Comité Central, com o objectivo de acelerar o passo das reformas.

*Zhao Ziyang* assinala que «a função básica do socialismo é desenvolver a força produtiva da sociedade, incessantemente para reforçar a sua saúde e ir de encontro às crescentes necessidades materiais e culturais do povo. O socialismo pretende acabar com a pobreza: pauperismo não é socialismo (...) Devemos abdicar da concepção tradicional de que uma economia planificada e uma economia de mercado estão uma contra a outra e reconhecer que sob o socialismo, a economia planificada deve espontaneamente confiar e utilizar a lei do mercado para construir uma economia planificada de mercado na base da propriedade pública. O completo desenvolvimento de uma economia de mercado é um passo indispensável no desenvolvimento de uma economia socialista fundamental à modernização da nossa economia. A diferença entre uma economia socialista e capitalista não reside na existência de uma economia de mercado ou no funcionamento da lei de valor,, mas no sistema de propriedade, na existência ou não de uma classe exploradora e saber-se se os trabalhadores são os senhores da casa».

Os dados coincidem com às expectativas. A produção industrial e agrícola cresce a um ritmo anual de 10 por cento entre 1978 e 1986 e o rendimento nacional a uma taxa anual de 8.7 por cento. Os investimentos de capital sobem de 15 por cento em 1982 para 23.8 por cento em 1984 e 42.8 por cento em 1985. O crescimento industrial é significativo: 14 por cento em 1984, 18 por cento em 1985, 9.2 por cento em

1986, 16.5 por cento em 1987<sup>39</sup>. Os vários sectores participam no Produto Nacional Bruto nas seguintes percentagens: agricultura (28.1), indústria (53.7), indústria de construção (10.0), transportes (3) e comércio (5.5), constituindo o contributo da agricultura e da indústria cerca de 42 por cento do Rendimento Nacional, a valores de 1985<sup>40</sup>.

Outro sector onde se reflecte o sentido de ruptura das reformas é o *sistema de preços*<sup>41</sup>, onde desde meados dos anos 80 é efectuada uma profunda descentralização através da sua libertação de controlos administrativos, permitindo a transferência das decisões sobre a entrada, saída e alocação de recursos da burocracia do planeamento central, para os actuais competidores: compradores, vendedores, consumidores e produtores, famílias e empresas, reforçando-se assim a relativa soberania das esferas de decisão económica fora do estrito controlo dos comandos estatais.

O rápido crescimento da economia<sup>42</sup> e o disparar da produção produz o sobreaquecimento da economia, alguma confusão e taxas de inflação crescentes (12.5 por cento em 1985, 7 por cento em 1986, 8 por cento em 1987, em números oficiais, mas em termos reais, cerca de 15 a 20 por cento ao ano).

A reforma do sistema económico traz alguns efeitos perversos que são ainda hoje algumas das debilidades do processo de internacionali-

---

<sup>39</sup> State Statistical Bureau, Beijing, Fevereiro de 1988, Beijing Review, Março 1988.

<sup>40</sup> Cfr. *Encyclopedia, ibid.*

<sup>41</sup> Refere Jan S. Prybyla in «*Economic China's economic system: a study in contradictions*», Issues & Studies, Agosto de 1994, p. 10, que enquanto nos anos 80, 70 por cento do valor de todos os bens de consumo se encontravam subordinados ao rígido sistema de imposição estatal, em 1990, dois terços dos produtos agrícolas, cerca de 80 por cento dos produtos manufacturados, quase todos os serviços, e um terço dos produtos essenciais eram comercializados ao preço do mercado. No princípio da reforma, a taxa de câmbio do *yuan* era fixada pelo governo acima do seu valor no mercado. No meio dos anos 80, o *yuan* foi desvalorizado por mais de uma vez por forma a ajustá-lo aos valores do mercado. Desde 1991, os acertos no câmbio tornaram-se mais frequentes.

<sup>42</sup> Durante os anos 80, segundo Ji Chongwei, in «*China's achievements, experiences, and prospects in opening to the outside world*», publicado na revista «*Social Sciences in China*», Primavera de 1993, p. 144, «a China absorveu cerca de 70 biliões em fundos estrangeiros, incluindo 50 biliões como empréstimos de governos estrangeiros, instituições financeiras internacionais, mercados financeiros, 18,9 biliões de investimento directo por empresários do Ultramar, para além de outras fontes de financiamento obtidas através do *leasing* e das trocas comerciais. Através destes fundos, a China construiu centenas de instalações de grande escala, com vista a melhorar a sua infra-estrutura em recursos energéticos, de transportes, comunicações e de indústria pesada e iniciou dezenas de milhares de programas para renovação tecnológica e expansão das velhas e desactualizadas empresas (...) No fim de 1990, havia cerca de 10 000 «joint-ventures» com capital estrangeiro na China, empregando 2 milhões de empregados. O volume das suas exportações atingiria \$ 7,8 biliões, correspondendo a 12.6 por cento do valor nacional das exportações totais».

zação da economia chinesa e da sua falta de fiabilidade e sustentação e o quebra-cabeças dos primeiros responsáveis pela direcção da economia:

I. O início de um ciclo de *deficits orçamentais*, derivados da política incontrolada de subsídios a fundo perdido às empresas estatais e do excesso da imobilização de capital;

II. O crescente *desequilíbrio*<sup>43</sup> na balança comercial com o exterior;

III. Elevadas *taxas de inflação*<sup>44</sup> reais muito acima das oficiais, nomeadamente nos grandes centros urbanos;

IV. Elevado número de casos de *corrupção* e de *crimes económicos*, especialmente entre os *princelings*, filhos dos altos dirigentes do Partido, decorrentes quer do abuso de poder, quer do tráfico de influências, perante o *amolecimento* do controlo ideológico e da doutrinação das massas;

V. Disparo vertical na *procura* de bens de consumo no mercado interno e redução da tendência de aforamento;<sup>45</sup>

VI. Inconseguido *controlo de qualidade* na produção industrial, designadamente ao nível das emergentes unidades industriais criadas

<sup>43</sup> É a seguinte o quadro de **evolução das exportações e importações**, segundo dados colhidos do *PRC Statistical Bureau-Statistical Year Book 1993*, de estatísticas do Fundo Monetário Internacional e do World Bank e das estimativas do *Asian Development Outlook 1994*:

Indicadores	Ratio	1991	1992	1993	1994	1995
Exportações	\$biliões	58.9	69.6	73.4	80.7	89.6
	% variação	14.4	18.1	5.5	10.0	11.0
Importações	\$biliões	50.2	64.4	82.5	92.4	101.6
	% variação	18.5	28.3	28.1	12.0	10.0
Balança	\$biliões	13.3	6.4	-9.6	-8.5	-5.5
	% do pNB	3.5	1.5	-1.9	-1.6	-0.9
Dívida externa	\$biliões	60.9	69.3	83.7	92.0	100.0

<sup>44</sup> As taxas de inflação nominais nos últimos cinco anos apontam, segundo as mesmas fontes, *ibid*, para valores de 5.1 por cento (1991), 8.6 por cento (1992), 14.5 por cento (1993), 11.0 por cento (1994) e 9.0 por cento (1995).

<sup>45</sup> Segundo Xia Xiaoxun e Li Jun in «*Consumption expansion, a grave challenge reform and development*» inserido na obra «*Reform in China, challenges & choices*», editado por Bruce Reynolds, M. E. Sharpe Inc., New York, 1987, «apesar do nível de consumo da população chinesa ser muito inferior à dos países desenvolvidos, está para além do nível aconselhado pelo nosso nível de rendimentos *per capita*. Por exemplo, o rendimento *per capita* nacional era de 579 renminbis em 1984, mas a taxa de posse pelas famílias urbanas de artigos de consumo como TV's, ventoinhas, gravadores e máquinas de lavar atingiram já o nível do Japão, quando o seu rendimento *per capita* era de mais de 1 000 US dólares (...) Em resultado da expansão da taxa de consumo pública e apesar do chamado consumo prematuro, o poder de compra está a crescer muito rapidamente (39 por cento do rendimento nacional em 1985)».

pelos governos locais nas províncias, vilas e municipalidades, designadamente as abertas ao capital estrangeiro, proveniente de um notório *gap* nas capacidades de gestão<sup>46</sup>.

Mas é o reforço dos instrumentos de relacionamento externo, o «*kaifang zhengce*», que marca a pujança do crescimento económico da China, naquilo que os autores designam pelo *Grande Salto para o Exterior* (*Great Leap Outward*).

A *política de abertura ao exterior* procura, assim, ser uma resposta estratégica à necessidade de vencer as disparidades de desenvolvimento entre as várias economias locais e os desequilíbrios regionais em matérias de transportes, infra-estruturas, recursos próprios e carências de desenvolvimento. Daí que a política tenha sido concretizada por forma a estabelecer diversas áreas nas zonas costeiras, com necessidades e possibilidades práticas distintas, formando áreas com diferentes níveis de abertura ao mundo exterior.

Desde 1979, cinco *Zonas Económicas Especiais* (*Zees*), isto é, Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e ilha de Hainão são estabeleci-

---

<sup>46</sup> Como acentua Lee E. Preston in *The managerial revolution in China*, Euro-Asia Business Review, n.º 4, Outubro de 1986, p. 30, as reformas do post-1978 consistiam em três elementos principais: (1) devolução do poder de decisão dos níveis centrais para os operacionais; (2) uso crescente dos incentivos materiais para trabalhadores e gestores, ao nível da empresa e da estrutura de produção; (3) uso crescente dos mecanismos de mercado fundados em preços racionais. Os três elementos estão intimamente relacionados e todos eles dependem do uso de capacidades de gestão e da abertura à inovação, bem como do cumprimento de orientações relativas à produção em todo o sistema produtivo chinês. Isto significa a capacidade de aos primeiros níveis do processo produtivo os gestores serem capazes de tomar decisões críticas e por vezes arriscadas. Uma das observações mais comuns de quem visita a China é o medo e o choque dos gestores chineses, aos níveis mais baixos, de determinarem os seus volumes de produção, de seleccionarem ou rejeitarem as modificações nos produtos, de prospectarem os seus próprios clientes e de assumirem, por fim, o risco das suas decisões de investimento. Isto permite concluir, segundo um outro autor, Richard H. Holton in *Marketing and the modernization of China*, California Management Review, n.º 27, 4, p. 33, que a maioria das pessoas que ocupam lugares de gestão na China não estão de forma alguma preparadas para as novas e maiores responsabilidades que o processo das reformas lhes confia.

O crescente número de quadros em posições de destaque no sector empresarial do Estado e em organismos de controlo do sector privado aberto ao capital estrangeiro, acusados de *crimes económicos contra a economia*, no início do ano de 1995, deixa pela falta de transparência dos seus processos de acusação, a dúvida sobre os seus verdadeiros motivos e se se está perante verdadeira corrupção e abuso de poder ou perante casos de ineficiência ou maus resultados de gestão, decorrentes da impreparação dos quadros e gestores chineses nas mais elementares técnicas de gestão, controlo da produção, gestão orçamental e contabilística e na sua própria sintonia com as novas realidades e riscos, que uma emergente economia de mercado coloca a um sistema económico que viveu 30 anos sob os ana-cronismos e a falaciosidade dos mecanismos da planificação burocrática centralizada.

das nas províncias de Guangdong e de Fujian, junto a Hong Kong, Macau e Taiwan, com o objectivo de atrair o investimento estrangeiro, introduzir tecnologia avançada e novas técnicas de gestão, criar novas oportunidades de emprego e desenvolver indústrias especialmente orientadas para a exportação<sup>47</sup>.

Uma Zona Económica Especial é, assim, uma área onde os controlos são flexibilizados comparativamente ao interior da China com o objectivo de promover a cooperação económica, por todas as formas, com investidores estrangeiros, chineses do ultramar, bem como com compatriotas de Hong Kong e Macau. Quatro características especiais as tipificam: **(1)** as regras administrativas estão relativamente liberalizadas e interiorizam conceitos de uma economia livre de mercado em detrimento da obediência aos mecanismos da planificação central; **(2)** para esse efeito, são oferecidos diversos incentivos fiscais, compreendendo isenções e reduções tarifárias; **(3)** o sistema de propriedade é misto, conjugando quer a propriedade capitalista privada, quer o «capitalismo do estado», quer a propriedade pública, assumindo a primeira uma posição predominante; **(4)** as ZEE's têm grande dimensão e ampla autonomia para aprovar investimento directo estrangeiro.<sup>48</sup>

As Zee's não se confundem, contudo, com as *Zonas de Processamento de Exportações (E.P.Z. 's)* das economias em vias de desenvolvimento. Operando num *environment* de uma economia de planeamento central (CPE), as ZEE's da China são únicas, na medida em que têm responsabilidades adicionais, já que são pontes ligando a China com Hong Kong e Macau<sup>49</sup>, e através destes, com o resto do mundo.

São, também, laboratórios em que novas técnicas de gestão, novas políticas económicas podem ser testadas antes de serem adoptadas no resto da China. São, por *isso*, *filtros* que podem seriar e posteriormente expurgar aqueles aspectos da tecnologia e cultura estrangeiras, que não sejam considerados apropriados para as necessidades chinesas. São, finalmente, *lubrificantes* no processo de reunificação de Hong Kong, Macau com o continente chinês e, conforme Pequim espera, de Taiwan

---

<sup>47</sup> Cfr. Jing-dong Yuan in *Mainland China's Economic Zones: performance, problems and perspectives*, Issues & Studies, March 1993, p. 80-105, David K. Y. Chu in *China's Special Economic Zones: expectations and reality*, Asian Affairs, 14, n.º 2, p. 77-79 e Ai Wei in *The Special Economic Zones: an analytical study*, Issues & Studies, 21, n.º 6, p. 117-35.

<sup>48</sup> Em 1990, segundo Ji Chongwei, *ibid*, as cinco ZEE's tinham absorvido \$ 4.92 biliões em investimento estrangeiro, autorizando a criação de mais de 3 000 *joint-ventures* nas áreas da electrónica, indústria ligeira, têxteis, produtos alimentares, materiais de construção e maquinaria, totalizando 28 biliões de RMB em valor de produção, dos quais \$ 4.6 biliões provenientes das exportações e 60 por cento por produção directa das ZEE's. As ZEE's têm competências delegadas para autorizar investimentos estrangeiros até 30 biliões de US dólares.

<sup>49</sup> A localização das quatro primeiras ZEE's responde a preocupações políticas e económicas. Todas elas se localizam numa zona da China que tem uma longa história de contactos com países estrangeiros, Shenzhen e Zhuhai, em parti-

com a *mainland*.

De entre eles Shenzhen assume um papel pioneiro, quer pelo valor dos investimentos realizados nos últimos anos, quer pelo ritmo de desenvolvimento atingido.

Em 1990, Shenzhen tinha assinado contratos para mais de 7 000 projectos com investidores de mais de 30 países e regiões e negociado investimentos estrangeiros no valor de 5 biliões de US dólares. No período de dez anos, entre 1979 e 1990, a produção industrial cresce de 60 milhões de patacas em 1979 para 11.64 milhões em 1989. As exportações crescem mais moderadamente de 9.42 milhões em 1979 para 21.1 milhões de US dólares em 1983, 2.17 biliões de US dólares em 1989 e 2,8 biliões de US em 1990<sup>50</sup>.

A China dispõe hoje em sequência da aprovação da legislação relativa às *joint-ventures* de capital estrangeiro<sup>51</sup>, de uma malha de regulamentação legal destinada a facilitar a inserção de investidores nas várias municipalidades, bem como nas próprias zonas económicas especiais.

Mas é no domínio dos incentivos que a preocupação de captação dos investidores se revela. Variando de zona para zona, eles têm os seguintes pontos comuns:

cular, estão do outro lado da fronteira de Hong Kong e Macau, logo dos portos e mercados internacionais. Daí que assumem o *ranking* da frente das ZEE's, con-forme dados referidos por Jing-dong Yuan, *ibid*:

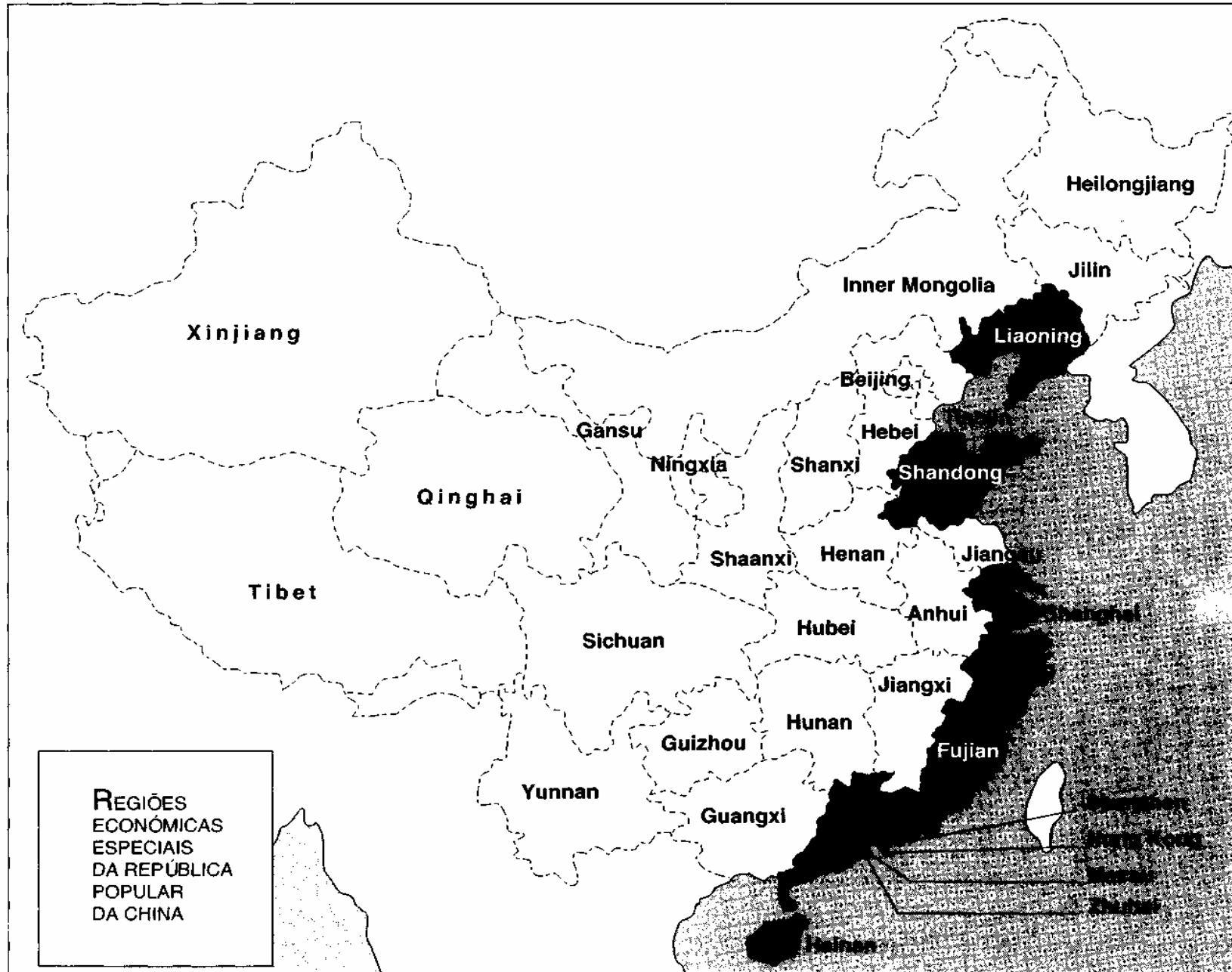
**Indicadores económicos das ZEE's (1990)**

Indicadores	Unidade	Shenzhen	Zhuhai	Shaotou	Xiamen	Hainão
— Produção industrial total	biliões de yuans	16.13	4.2	1.5	6.45	2.75
— Prod. industrial de empresas estrangeiras	idem	10.57	1.6	1.23	3.22	0.29
— Valor total de exportações	biliões de US \$	2.8	0.488	0.419	0.772	0.41
— Número de empresas estrangeiras		757	411	174	272	220
— Total de investimento negociado	biliões de US \$	0.671	0.303	0.148	0.513	0.155
— Total aplicado	idem	0.51	0.108	0.084	0.073	0.075

<sup>50</sup> Cfr. Wei Jing «*Shenzhen: Pioneer in reform and opening up*» inserido na obra «*Special Economic Zones: construction and development*», Beijing Review, Beijing, 1991.

<sup>51</sup> As leis são mais precisamente a «Law of PRC on Chinese-foreign joint-ventures» adoptada em 1 de Julho de 1979, pela 2.<sup>a</sup> sessão do 5.<sup>o</sup> Congresso Nacional Popular, a «Law of PRC on Chinese-foreign contractual joint-ventures», adoptada em 13 de Abril de 1988, na 1.<sup>a</sup> sessão do 7.<sup>o</sup> Congresso Nacional Popular, e a «PRC sino-foreign joint-venture law», aprovada, em idêntica sessão, leis estas publicadas na colectânea de legislação da PRC, vol. 2, Maio de 1988.





1. A concessão de taxas preferenciais: a taxa sobre os rendimentos das empresas encontra-se fixada em 15 por cento e as empresas com investimentos em alta tecnologia podem requerer a isenção total nos primeiros anos do investimento, seguido de uma redução substancial do imposto nos anos subsequentes;
2. A prática de rendas baixas relativamente aos terrenos destinados à instalação de fábricas;
3. Poucas restrições à livre transferência de lucros e depósitos de empresas estrangeiras para o país de origem;
4. Procedimentos simplificados na negociação dos contratos;
5. Abertura parcial do mercado interno aos estrangeiros, designadamente nas áreas das novas tecnologias e da alta tecnologia.

Apesar da enormíssima percentagem de investimento oriundo de Hong Kong e Macau nas Zonas Económicas Especiais limítrofes<sup>52</sup>, o funcionamento destas tem constituído uma via para a importação de maquinaria e equipamento, a endogeneização de capacidades de gestão e formação técnica da mão-de-obra chinesa e para a transferência de tecnologias do estrangeiro e subsequente transferência para outras zonas do país<sup>53</sup>.

Por vezes com *uma performance* aquém das expectativas grangeadas, nomeadamente no *know-how* libertado pelos produtores de tecnologia, as ZEE's vêem-se confrontados com outro tipo de problemas. **Primeiro**, uma imobilização grande de investimentos, nomeadamente os relativos a infra-estruturas, uma vez que qualquer das Zonas não possuía as mínimas. **Segundo**, a falta de mão-de-obra especializada e

52

**Fontes Regionais de Capital Estrangeiro da RPC**

Países	Fracções (%) de todo o capital estrangeiro			Δ % 1985-92	Fracção do investimento directo estrangeiro			Δ % 1985-92
	1985	1990	1992		1985	1990	1992	
Hong Kong	23	24	44	30	49	55	68	30
Japan	36	29	17	10	16	14	7	12
Taiwan							9	
EU	9	18	9	21	8	4	2	6
USA	9	6	3	6	18	13	5	5
World Bank	13	10	6	9	—	—	—	—

Fonte: Robert F. Ash in «Mainland chin's emrging solc in the world economy» Issues& Studies, Janeiro 1995, P.10

<sup>53</sup> Como refere Jing-doing Yuan, *ibid*, tem existido alguma disparidade em termos das tecnologias aplicadas quanto aos diferentes tipos de «standars». Das 30 500 unidades de maquinaria e equipamento introduzidas por estrangeiros, só 10 por cento podem ser consideradas de tecnologia avançada por «standart» inter-nacionais, enquanto cerca de 30 por cento, têm essa catalogação segundo os «standars» chineses — uma vez que correspondem a tecnologia que China não tem, nem pode produzir, por si própria e atinge padrões de qualidade mínimos.

treinada. **Terceiro**, um nível relativamente medíocre da tecnologia empregue, uma vez que sendo grande parte dos investimentos oriundos de Hong Kong e Macau, grande parte das operações e do processo industrial realizado na China respeita à montagem e aplicação. Mas o maior problema tem residido, pelo menos na fase inicial que se projecta até 1986, na falta de fixação de orientações de desenvolvimento para as ZEE's, da parte dos órgãos da direcção central da economia.

Em sequência da visita em Abril de 1984 de Deng Xiao Ping a Shenzhen e Zhuhai<sup>54</sup>, o Conselho de Estado anunciou a abertura de 14 cidades costeiras e da ilha de Hainão ao investimento estrangeiro — Shanghai, Cantão, os deltas dos Rios das Pérolas e do Yangtsé, o triângulo a sul de Fujian, as penínsulas de Shandong e Liaoning<sup>55</sup>.

Todas estas cidades e regiões formam uma espécie de cintura de desenvolvimento em forma de crescente, ao longo de uma área de 320 000 km<sup>2</sup> de costa, abrangendo uma população de 200 milhões de pessoas e 292 municipalidades e vilas. No seio desta extensa área, o delta do rio das Pérolas tornou-se rapidamente o pólo de desenvolvimento do Sul da China e um íman para o investimento estrangeiro e para a instalação de indústrias de transformação de matérias-primas e produtos semiacabados, nomeadamente no campo dos têxteis e malhas. A zona de Fujian, no outro lado do estreito de Taiwan, tem constituído um pólo fundamental para as trocas comerciais com Taiwan e o canal para o investimento maciço na China de capital de Taipé.

Para além destas regiões, a área de 20 000 km<sup>2</sup> de fronteira com a ex-União Soviética, Mongólia, Coreia, Paquistão, Índia, Nepal, Burma, Laos e Vietname tem conhecido um profundo desenvolvimento, contribuindo para a melhoria das trocas comerciais com as províncias do oeste e do centro da China.

Em termos da estratégia subjacente a este *boom*, pretende-se, como referiu Zhao Ziyang: (1) Melhorar o ambiente de investimento e a produção de lucros através da reestruturação económica; (2) Definir um plano para estender progressivamente a política de abertura ao exterior para fora das Zonas Económicas Especiais para as cidades costeiras e destas para as zonas do interior.

No seu relatório ao 13.º Congresso do PCC, em Outubro de 1987, Zhao acentuava que «a reforma é o único processo através do qual a China pode ser revitalizada, processo esse que é irresistível e está adequado à vontade do povo e ao curso da história (...) A principal contradição com que nos confrontamos durante esta fase (a primeira etapa de construção do socialismo) é entre as necessidades de bem-estar e de

---

<sup>54</sup> Deng terá afirmado segundo alguns observadores que «o desenvolvimento e a experiência provam que a política de instalação de ZEE's está correcta». Em 1994, as quatro ZEE's tinham ultrapassado a fase de lançamento e atingido progressos notáveis em várias áreas.

<sup>55</sup> Ver para maior desenvolvimento sobre a estratégia das cidades costeiras (CDS), Fuh -Wen Tzeng, in: «*The political economy of China's coastal development strategy*», Asian Survey, n.º 3, Março de 1991, p. 270-284.

melhoria da qualidade de vida do povo e o carácter atrasado da produção. A luta de classes continuará a existir, dentro de certos limites, por um longo período de tempo, mas já não é a contradição principal. Para resolver a contradição principal da presente etapa, temos que expandir vigorosamente a economia de mercado, aumentar a produtividade, gradualmente atingir a modernização da indústria, agricultura, defesa nacional e ciência e tecnologia e, com esse objectivo, reformar alguns aspectos das relações de produção e da superestrutura que sejam incompatíveis com o crescimento das forças produtivas»<sup>56</sup>.

A estratégia de desenvolvimento costeiro, conjugada com o de-senvolvimento das ZEE's pode ser considerado como uma combinação de uma estratégia de crescimento por força das importações e a expansão da economia por força das exportações<sup>57</sup>.

Mas a política de abertura ao exterior não se limitou à adopção de medidas de foro interno com as que perspectivámos. Uma aposta clara foi dada desde início ao reforço das relações comerciais, primeiro com os Estados Unidos, depois com o Japão, Hong Kong, Alemanha e outros países ocidentais.

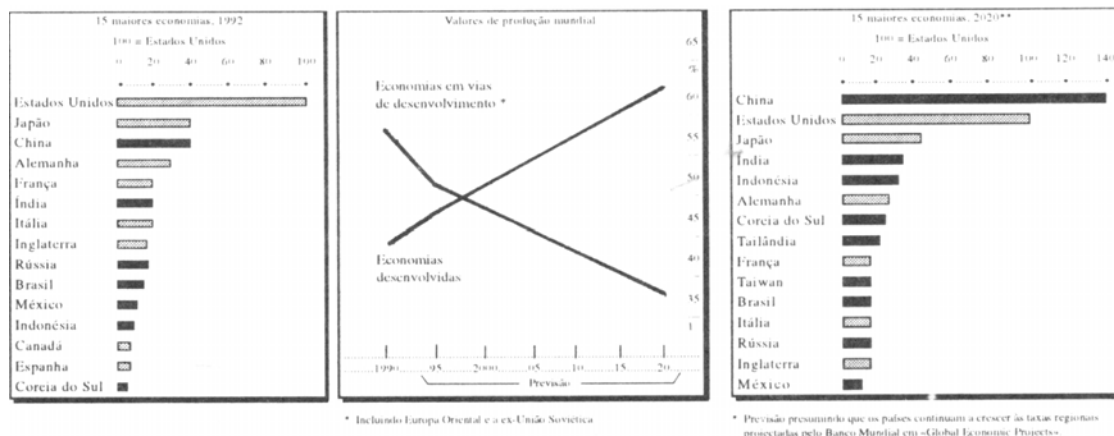
Com o desbloqueamento das relações diplomáticas entre a China e os EUA, com a visita do Presidente Nixon à China em 1972, inverteu-se a situação de isolamento da China, a nível internacional.

Em 1977, o montante das trocas comerciais EUA-China atingia apenas 92 milhões de US. Em 1978 subiu para 1 189 milhões atingindo

<sup>56</sup> Zhao Ziyang, «Advance along the road of socialism with Chinese characteristics» in *Documents of the Thirteen National Congress of the CPC (1987)*, Foreign Languages Press, Beijing.

<sup>57</sup> A China como os NIC do Sudeste Asiático perfilhou uma estratégia neomercantilista com a finalidade de promover o estabelecimento de relações internacionais duradouras que a possam tornar, a prazo, uma nação auto-suficiente e uma potência global. Segundo a previsão do jornal «The Economist» em «dossier» de 1 de Outubro de 1994 é o seguinte o quadro de evolução comparativo da economia chinês.

### PNB (Produto Nacional Bruto)



em 1988 a soma de 10 bilhões de US<sup>58</sup>. De entre as exportações mais significativas de produtos chineses para os EUA, cabe referir os têxteis e malhas, o petróleo e derivados, artigos domésticos, farmacêuticos, alimentos enlatados, mobiliário, antiguidades e arte. Quanto às importações, importa referir a maquinaria, equipamento de transporte e de construção, cereais, químicos, produtos oleaginosos, alumínio, papel e material eléctrico.

O factor de perturbação introduzido pela participação de Hong Kong nas relações comerciais bilaterais americano-chinesas tem conduzido a análises díspares quanto à natureza do déficite actualmente existente: a alfândega chinesa diz que os EUA têm um *surplus* constante desde 1980, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos fala numa deterioração da balança comercial com a China, correspondendo a um déficite de 18,3 bilhões de US dólares em 1992.

Fontes independentes inclinam-se para valores mais moderados<sup>59</sup>.

As relações entre os dois países têm, no entanto sido marcadas por uma atmosfera de desconfiança e de ameaça de represálias, a propósito da renovação anual do princípio do tratamento da Nação Mais Favorecida (MFN) a favor da RPC, situação indispensável para a colocação de

<sup>58</sup>A balança comercial China-EUA apresenta a seguinte composição:

### Balança Comercial (milhões de US)

Anos	Alfândega chinesa	Dep. Comércio USA	Lardy*
1989	3,15	-6,24	-3,93
1990	1,41	-10,43	-7,88
1991	1,85	-12,69	9,41
1992	-0,31	-16,70	-12,55

Fonte: World Bank

### Balança Comercial (Estimativas comparativas em bilhões US dólares)

ANO	EXPORT.	IMPORT.	DÉFICIT
1972	32	60	-28
1975	156	354	-148
1979	594	1,724	-1,130
1981	1,875	3,605	-1,728
1983	2,232	2,173	79

\* Nicholas R. Lardy, «*China in the world economy*», Washington D.C., Institute for International Economics, 1994.

Fonte: Robert F. Ash, *Mainland China's emerging role in the world's economy: implications and future prospects*. Issues & Studies, Janeiro 1995, p. 9.

produtos chineses no muito competitivo mercado interno americano<sup>60</sup>.

Tradicional parceiro comercial da China, o Japão tem desempenhado um papel complementar como maior fornecedor de equipamento, tecnologia e prestador de assistência técnica e financeira. Na verdade, as necessidades dos dois países complementam-se, o Japão é um mercado essencial para as exportações chinesas de petróleo e derivados, carvão, produtos agrícolas e alimentares, antiguidades e arte, e outros.

Em contrapartida, o Japão tem apoiado a China no desenvolvimento das exportações, com vista à captação de divisas estrangeiras e posto à disposição da China linhas de financiamento, com taxas moderadas<sup>61</sup>.

As razões do sucesso do investimento e das trocas comerciais do Japão com a China situam-se tanto no campo económico, como no campo cultural e civilizacional; a afinidade civilizacional permite um conhecimento profundo da psicologia chinesa e do estilo de vida, o que facilita a adaptação dos produtos japoneses ao mercado chinês; o *marketing* comercial é personalizado, tendo em conta a importância do *guanxi* nas relações com o aparelho do Estado chinês; os preços competitivos dos produtos japoneses; as taxas preferenciais oferecidas pelo Japão no âmbito do GSP (Sistema Geral de Preferências) e do tratamento de Nação Mais Favorecida; a proximidade geográfica do Japão; o posicionamento estratégico de ajudar a China a desenvolver os recursos para gerar necessidades de divisas estrangeiras.

Não obstante os sucessos alcançados com a política de abertura ao exterior, consolidada ao longo dos anos 90 sob a direcção de Deng Xiao Ping, os acontecimentos lamentáveis de Junho de 1989, com a repressão das manifestações estudantis deixaram na opinião pública internacional dúvidas sobre a capacidade e sinceridade da China e da sua elite dirigente em trilhar os caminhos de um Estado de Direito fiel aos seus

---

<sup>60</sup> As alegações são várias desde a situação melindrosa dos Direitos Humanos na China, dificuldades no expatriamento de fundos para os EUA, o carácter fechado do mercado interno chinês — por parte dos americanos; o proteccionismo americano contra os têxteis chineses, a morosidade da adesão da China ao GATT/OMC, por pressão nos bastidores dos EUA — por parte dos chineses.

<sup>61</sup> A balança comercial China-Japão apresenta a seguinte composição:

**Balança Comercial (milhares de US dólares)**

ANOS	Exportações	Importações	% Volume total comércio Japão	% Volume total comércio da China
1972	491	608	2,1	18,6
1975	1,531	2,258	3,3	26,0
1979	2,954	3,698	3,1	22,6
1981	5,291	5,097	3,6	24,1
1983	5,087	4,912	3,7	23,0

compromissos internacionais e a valores hoje comuns à comunidade internacional.

Sacrificado no pós-Junho de 1989, sob a acusação de ter contemporizado com a «liberalização burguesa» e negligenciado «o trabalho ideológico e político» do Partido, Zhao foi substituído no cargo do primeiro-ministro por Li Peng, um tecnocrata treinado na União Soviética e membro da Comissão para a Reforma do Sistema Económico.

Apesar das dúvidas suscitadas com a subida de Li Peng e a aliança deste com os conservadores, a prática do ainda hoje primeiro-ministro revela o seu comprometimento na via das reformas económicas e da abertura ao exterior.

A ascensão do secretário-geral Jiang Zemin a Presidente da República parece evidenciar a consolidação do processo das reformas económicas e o reforço do poder das regiões, neste caso do delta do rio Yangtsé, no ténue equilíbrio entre o poder central e a crescente e imparável exigência de autonomia da cintura costeira oriental e do Sul desenvolvido e empreendedor.

Na verdade, ao contrário da prática anterior da gestão autoritária da economia sob a sacrossanta «ditadura» do planeamento imperativo e rígido, os últimos planos quinquenais e de desenvolvimento manifestam preocupações louváveis de desconcentração e flexibilização: o 8.º Plano Quinquenal 1991/1995 e o Programa Decenal 1991/2000.

O Estado já não tem capacidade para controlar o investimento ou a alocação dos recursos, daí que o Plano seja indicativo/estratégico apontando: (1) As grandes direcções de desenvolvimento da economia, bem como as políticas e metas globais; (2) As medidas correctoras à acção do mercado, bem como a acção reguladora do Estado contra a formação de monopólios e de barreiras ao comércio e na distribuição da riqueza e da criação de empregos; (3) A fixação de objectivos no domínio da criação de infra-estruturas e fixação de objectivos e metas do investimento no sector público.

Mas subjacente a estes existe a concretização de um *Plano de Reformas* que abrange sete áreas prioritárias e aplica determinados princípios estruturadores da Reforma<sup>62</sup>.

Quanto aos princípios, define-se a necessidade do estabelecimento de um novo sistema económico fundado na «economia de mercado planificada socialista» que integre a «economia planificada com a regulação do mercado», entendendo-se o planeamento como função de regulação macroeconómica e o mercado como responsável pela alocação microeconómica de recursos. O Plano terá uma orientação de médio e longo prazo e de condução da economia ao *nível da agregação*, isto é quanto às políticas, aos controlos económicos indirectos, ao balanço entre sectores e *rácios*. Terá, também, uma função directora quanto «aos

---

<sup>62</sup> Cfr. «China: reform and the role of the plan in the 1990's», edição do BIRD/World Bank, Washington, D.C., 1992, p. 70 e segs.

produtos e projectos de construção vitais para a economia nacional e para o nível de vida da população».

As áreas erigidas como prioritárias para a reforma são: **(1) a reforma do sector público empresarial**, com a renovação do sistema de *responsabilidade contratual*, separação de impostos e lucros nos proventos da actividade, transformação de empresas em sociedades anónimas, fusão de pequenas empresas em grupos económicos por forma a assegurar a sua solvabilidade financeira e introdução da possibilidade de falência das empresas deficitárias; **(2) a reforma do sistema da propriedade empresarial**, através da separação das funções propriedade e gestão, reconversão da propriedade estatal e sua descentralização para um nível sectorial e regional, criação de empresas *holding* e de investimentos; **(3) a reforma do sistema de preços**, através de fases, ajustando-os às leis do mercado e mantendo, sobre controlo administrativo, um pequeno número de produtos essenciais; **(4) instituição de mecanismos de gestão macroeconómica** ao nível da regulação directa e indirecta, com ênfase nesta última e ao nível central e regional, com ênfase na primeira; **(5) a reforma do sistema de segurança social**, alterando-se a filosofia do emprego quase-vitalício, da indiferenciação salarial e da reforma a cargo do Estado — *o grande pote* — para a gestão, destas vertentes, ao nível das empresas e sectores de actividade, mantendo o Estado a gestão dos trabalhadores dos serviços públicos e entidades públicas; **(6) a reforma do sistema de comércio externo**, com a abolição de subsídios à exportação e, gradualmente, às empresas intervindo nos mercados externos, incentivando a sua aglutinação e associação com empresas estrangeiras; **(7) a reforma da agricultura**, com a criação de um sistema de duas vias combinando a centralização e a descentralização<sup>63</sup>.

No domínio das relações externas, a China tem gozado ao longo dos anos 90 de uma situação florescente, acompanhada por um continuado aumento do fluxo do capital estrangeiro. O ano de 1995 assistiu

---

<sup>63</sup> O balanço das reformas é em termos oficiais, largamente positivo. Segundo Feng Bing, in «1994: *Soft landing of various reform measures*», Beijing Review, 26 de Dezembro de 1994, p. 8 e segs., no domínio da gestão macroeconómica a China introduziu, a partir de 1 de Janeiro de 1994, um novo sistema fiscal que contempla a partilha da receita dos impostos sobre o rendimento, entre as autoridades centrais e regionais, com base num imposto único sobre o valor acrescentado, bem como reforçou as leis e regulamentos sobre a gestão e cobrança de impostos. No domínio financeiro, a partir da mesma data, as taxas de câmbio do *renminbi* foram unificadas e acopladas ao sistema internacional, permitindo a operação do mercado interbancário de câmbios, sem flutuações sensíveis da respectiva taxa. Por outro lado, o Banco Central tem-se vindo a tornar um verdadeiro Banco Central, centralizando competências na formulação e implementação da política monetária, na supervisão e controlo da actividade financeira, bem como no controlo do crédito às empresas e bancos locais.



a um novo salto nestas tendências. Segundo um estudo recente<sup>64</sup>, durante os primeiros nove meses do ano o comércio de mercadorias cresceu, rapidamente, com as exportações e importações subindo de 29.7 e 15.2 por cento, comparativamente a idêntico período de 1993, acompanhado de uma expansão na utilização do capital estrangeiro externo de cerca de 49 por cento, apesar das restrições introduzidas pelas autoridades chinesas em investimentos não lucrativos e com reduzido valor acrescentado. Os indicadores económicos disponíveis actualmente apontam na mesma direcção<sup>65</sup>.

## 5. A RENDIÇÃO AO MODELO CAPITALISTA OU A TERCEIRA VIA

Será que a China abandonou o marxismo como concepção estrutural para a formulação da sua estratégia de desenvolvimento, percorrendo, depois de o repudiar nos anos 70, os caminhos da rendição ao modelo capitalista do Ocidente, de que Mao inculpara Krushchev, arguindo a sua lealdade a Estaline e à defesa do pensamento leninista da detenção colectiva da propriedade dos meios de produção nas mãos do povo, como critério da construção do socialismo e ao papel liderante do Partido, como vanguarda da revolução?

Ou, pelo contrário, o trajecto da revolução chinesa evidencia a criação de uma via própria de construção do socialismo, entendido este como um misto de preocupações de igualitarismo, solidariedade e cooperação (tradicionais ao pensamento socialista) e de ambições de desenvolvimento, bem estar, progresso e modernização (tradicionais ao pensamento liberal e social-democrata)? Será assim a única revolução

<sup>64</sup> Robert F. Ash, *ibid*, p. 15.

<sup>65</sup>

### Indicadores económicos de países asiáticos

Indicadores	Austrália	China	Hong Kong	Japão	Malásia
Crescimento económico 1994	5,4	11,0	5,5	0,7	8,6
1995	3,9	8,9	5,5	1,9	8,3
Balança comercial (mercadorias)					
Últimos 3 meses	- US\$ 1 106.	+ US\$ 7.106	- US\$ 6.846	+ US\$ 31.706	- US\$ 0.236
Ano anterior	- US\$ 0.166	- US\$ 1.485	- US\$ 3.356	+ US\$ 31.516	- US\$ 0,356
Importações					
Δ % ano anterior	+ 9%	+ 17%	+ 24%	+ 30,7%	+ 32,6%
Exportações					
Δ % ano anterior	+ 3%	+ 63,7	+ 15,7%	+ 21%	+ 34,7%

Fonte: Far Eastern Economic Review, Junho, 29, 1995.

que resistiu à erosão do processo histórico, após o descalabro da via soviética e do fracasso da via autogestionária da Jugoslávia e do socialismo descentralizado da Hungria?

Ou terá, na verdade, claudicado perante a evidência de um modelo de economia-mundo (*world-economy; world-system*) tendencialmente hegemónico, com o assevera **Wallerstein**<sup>66</sup>?

O que nos reconduz ao debate entre Liu Shaoqi e Mao Zedong se a China é, como Liu argumentava, um país socialista, ou se, como Mao retorquia, o *socialismo* é um processo que envolve uma contínua e continuada «luta de classes», critério único para evitar a tomada do Poder por uma classe burocrática de novos *apparatchicks*.

Sendo indiscutível na concepção de um «socialismo de características chinesas» a adaptação dos eixos tradicionais do marxismo à realidade chinesa, com a adopção de elementos próprios do capitalismo — a retribuição de acordo com o trabalho prestado, os incentivos materiais à produção, a satisfação das necessidades da procura como bitola da produção, a autonomização dos agentes económicos à estrita obediência aos ditames dos organismos de planificação central, a coexistência de um sector galopante de propriedade individual, com sectores tradicionais de propriedade estatal, para-estatal ou quase-estatal — o critério para a definição do rumo da evolução do modelo da economia chinesa residirá, assim, segundo alguns observadores em equacionar como as decisões relativas à produção e distribuição são tomadas e por quem e, em segundo lugar, quem detém o quê?

Será importante referir, neste ponto, que no mundo moderno, as forças e relações de produção estão integradas num sistema de mercados interrelacionados e intercondicionáveis e que as decisões de gestão da economia dependem, regra geral, de condicionantes conjunturais e exógenas. Por outro lado, nenhum sistema económico é estático, nem funciona no vácuo. As forças de mudança são uma parte integrante da actividade económica e esta está relacionada com classes sociais, interesses económicos, a localização do poder e o sistema de ideologias ou *crenças* (*beliefs*).

E se como Marx defendia — e hoje é aceite pacificamente pela sociologia e pelas ciências sociais — o capitalismo industrial é a mani-

---

<sup>66</sup> «Não há hoje sistemas socialistas na economia mundial mais do que existem sistemas feudais, porque só há um sistema mundial. É uma economia-mundo que é por definição capitalista na forma. O socialismo envolve a criação de um novo tipo de sistema-mundo, nem um império-mundo redistributivo nem uma economia-mundo capitalista, mas um governo-mundo socialista. Não vejo essa projecção, pelo menos como utópica, mas também não sinto que a sua instituição esteja eminente. Será o desembocar de uma luta longa em formas que podem ser familiares e talvez novas formas que irão ter lugar em todas as áreas da economia mundial (a contínua luta de classes de *Mao*)» Immanuel Wallerstein in «*The future demise of the world capitalist system*» texto publicado in «*Perspectives on World Politics*», editado por Richard Little & Michael Smith, Routledge, New York, 1993.

festação de forças de conflito interiores à sociedade, como o desenvolvimento e o meio ambiente, a pobreza, a liberdade, a *acumulação* de capital, a mudança tecnológica, é-o também entre pessoas, as que adquirem riqueza e influência e as que não a detêm, o que gera fenómenos de exploração interclassista e exigências de libertação desse domínio.

Se o socialismo é — à *outrance*, nas premissas marxistas — uma sociedade livre de conflitos internos e da exploração interclassista e libertadora das forças de produção, como nenhuma outra, os exemplos que nos são dados pela história não o permitem constatar, O que coloca a questão do **modelo** dessa sociedade no campo da conceptualização e da crença subjacente à própria noção de ideologia<sup>67</sup>.

A propriedade social dos meios de produção distingue as relações de produção socialista do capitalismo, uma vez que este se baseia num extenso reconhecimento da propriedade privada dos meios de produção, enquanto aquele se alicerça na substituição da propriedade privada pela socialista ou colectiva dos trabalhadores, enquanto grupo.

Mas uma economia socialista não exige, do ponto de vista dos princípios, a eliminação total da propriedade privada. Muitos autores socialistas defendem que os recursos produtivos que usem trabalho familiar e individual devem continuar privados e que só as grandes empresas, com largo número de trabalhadores deve ser propriedade socialista (nacionalizadas, uma vez que segundo Marx, determinam a natureza da sociedade, no seu todo e o comportamento da população).

Na concepção socialista clássica, uma economia deve ser organizada na base de uma *autoridade central* que defina os objectivos, desenhe os planos, crie um sistema de incentivos para aumentar o desempenho e supervisione o seu cumprimento, o que curiosamente assemelha o modelo das empresas burocráticas da URSS ao da General Motors.

Mas à medida que as economias nacionais se tornam mais abertas e, portanto, condicionadas, torna-se necessário ajustá-las aos mecanismos e funcionamento das economias de mercado e reavaliar a função do planeamento como norteador das grandes decisões de investimento e das empresas permitindo que elas sejam detidas privadamente e que sejam coordenadas pelos *in-puts*'do mercado. O que no campo da ciência política se pode designar por **socialismo de mercado**.

Com o soçobrar da perspectiva leninista da construção do estado socialista, rarefeito ao vanguardismo da «elite dirigente do proletariado», cristalizado no autoritarismo e na autocracia do partido comunista e da sua elite, de que é exemplo fiel o socialismo da URSS; com o

---

<sup>67</sup> Como o acentuou Wallerstein, *ibid*, a manutenção da estabilidade política dos sistemas-mundo depende para além do controlo do poder militar pelas forças dominantes, da persistência de «an ideological commitment to the system as a whole», o que não significa a legitimação do sistema propriamente dito, mas mais do que isso — o grau em que o *staff* ou quadros de um sistema sentem que o seu próprio bem estar está ancorado à sobrevivência do sistema enquanto tal e à competência dos seus líderes. É este *staff* que não só propagandeia os mitos, mas acredita neles.

continuar de experiências do socialismo democrático, primeiro na Inglaterra, na Escandinávia e noutros países da Europa Ocidental e gradualmente no centro da Europa, através da combinação de preocupações de *welfare* e igualitarismo, práticas democráticas de governo e política tributária, como limitação da acumulação desmesurada da riqueza e fomento de emprego, novas premissas enriqueceram a formulação teórica do socialismo.

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista pós-industrial, a estrutura de classes mudou substancialmente comparativamente à contradição linear do marxismo: classe operária *versus* classe capitalista. Novos grupos económicos e sociais emergem, não se identificando com aquelas duas classes: o funcionalismo público, os quadros e dirigentes empresariais dividem-se na forma como se identificam ou não com os interesses dos negócios das empresas e instituições que servem.

Os níveis superiores identificam-se com os interesses das camadas dirigentes e dos donos das empresas. Os de nível inferior partilham interesses e preocupações próprios dos operários, mas sacrificam-nos às ambições de ascensão social.

Estes grupos sociais emergentes não desaparecem com a socialização dos meios de produção e constituem novas realidades das ex-sociedades socialistas e embrionários fenómenos na China, onde surgem confundidos com o aparelho do Estado e do Partido.

Como evitar que os escalões superiores da burocracia administrativa e partidária tomem o poder como nova classe dominante, reproduzindo no interior do sistema a contradição inerente ao modelo político substituído e como impedir que o Estado faleça nos escombros de uma rivalidade fratricida entre regiões, etnias ou grupos político-económicos, na falta de uma autoridade central unificadora — papel até aqui desempenhado por um Partido Comunista testamentário de um patri-mónio político-ideológico que ancorado no marximo-leninismo se procura adaptar aos desafios de uma base económica crescentemente plural, multifacetada e socialmente mobilizadora?

A resposta pode resultar do modelo de socialismo de mercado<sup>68</sup>.

Daniel Fusfeld refere-se a esta nova realidade<sup>69</sup>, acentuando que ele procura usar mercados auto-ajustáveis para determinar o padrão de produção e a alocação de recursos, enquanto retém certos aspectos do socialismo, como a propriedade colectiva dos meios de produção e um

---

<sup>68</sup> Usamos aqui o conceito de modelo num sentido epistemológico, uma vez que não se tratará tanto de conferir um valor de exemplaridade ao socialismo existente — que rejeitamos — mas de prescrutar no que analisamos um conjunto coerente de instituições que responda melhor, que as precedentes, aos grandes princípios do socialismo e à *praxis* irrecusável e que dê deste uma representação simplificada.

<sup>69</sup> «*Principles of Political Economy*», Scott, Foresman and Company, Boston. 1988, p. 743.

padrão igualitário de distribuição de rendimentos. O uso dos mecanismos do mercado permitirão à economia responder flexivelmente às necessidades do consumidor e garantir larga liberdade nas suas escolhas. Ao mesmo tempo, o Governo Central manterá o controlo sobre a política macroeconómica para determinar o nível de investimento necessário para garantir o pleno emprego e uma taxa confortável de crescimento económico. A propriedade colectiva dos meios de produção e a alocação do papel redistributivo do Governo Central, cooperativas e organizações de trabalhadores eliminará o controlo privado dos recursos, permitindo-se um padrão de distribuição da riqueza quase baseado exclusivamente em ganhos de rendimentos.

De acordo com este autor será necessária uma *comissão central de planeamento*, a nível nacional, a quem caberá determinar:

— O nível de agregação das actividades económicas e a taxa de crescimento da economia e fixar as políticas fiscal e monetária;

— Os preços para todos os produtos da economia, bem como os salários dos trabalhadores e as taxas de retribuição do capital.

O modelo tem, na perspectiva deste autor, vantagens evidentes: (1) A capacidade para minorar desigualdades nos rendimentos que resultam numa economia capitalista da propriedade privada dos meios de produção e da acumulação de lucros, interesses, rendas e rendimentos das grandes fortunas, através de uma mais igualitária distribuição de rendimentos, embora se admita uma maior diferenciação salarial de acordo como tipo de trabalho, capacidade técnica e de *management*; (2) Aproximar a economia dos equilíbrios da economia de mercado mais competitiva, uma vez que a intervenção da Comissão Central de Planeamento permitirá o controlo dos preços e limitar o surgimento de monopólios nacionais ou regionais e centralizará a informação fundamental que pode ser utilizada pelos agentes económicos para a tomada de decisões estratégicas; (3) A descentralização do processo de decisão, uma vez que só os preços ao nível da agregação são fixados e controlados pelos planificadores centrais, já que todas as outras decisões são tomadas ao nível das empresas e ao nível dos consumidores.

A coordenação reside, assim, no mercado.

Outros autores na procurada caracterização do modelo<sup>70</sup> acrescentam à liberdade de instituição da propriedade privada, à manutenção de uma estrutura de planeamento ao nível da definição da estrutura e nível de investimento, a introdução da democracia política multipartidária e

---

<sup>70</sup> John Roemer in «*The possibility of market socialism*» in «*The idea of Democracy*», Cambridge, Cambridge University Press, 1992; P. Bardhan, «*Risk taking, capital markets and socialism*», Berkeley, University of California, 1991; S. Estrin e J. Lê Grand, «*Market Socialism*», Oxford Clarendon Press, 1989.

participativa, como factor último de decisão da política distributiva<sup>71</sup>.

A China tem empreendido um caminho aparentemente sem recuos, dos mecanismos da planificação central com notável *in put* dos organismos de coordenação económica, a nível regional, para a coordenação imposta pelo mercado. Como terá afirmado Deng Xiao Ping na sua visita ao Sul, em Fevereiro de 1992, «o capitalismo e o socialismo não têm uma relação directa com a economia planificada ou a economia de mercado... a economia planificada e a economia de mercado são ambas medidas económicas (i.e. instrumentais). A verdadeira natureza do socialismo é libertar as forças produtivas e o último objectivo do socialismo é alcançar a prosperidade de todos».

O essencial do modelo do socialismo chinês não residirá, assim, tanto na combinação do planeamento central e do mercado, na amplitude do sector da propriedade pública em face da emergente propriedade privada, mas na primazia dada à direcção do Partido na condução da vida social, política e económica, como factor aglutinador das disparidades de crescimento, corrector dos desequilíbrios entre a cidade e o campo, matizador dos ímpetus expansionistas das regiões mais expostas ao contacto com o Ocidente capitalista e frágeis à osmose do seu próprio modelo de desenvolvimento<sup>72</sup>.

Talvez por isso o sucesso da abertura ao exterior resida, para alguns, nessa contraditória promiscuidade da indispensabilidade da direcção política central como fautor da aglutinação nacional com o crescente predomínio da coordenação do mercado sobre as forças produtivas.

Como se escrevia recentemente no *Far Eastern Economic Review*<sup>73</sup>, «Beijing não pode mais fazer orelhas moucas às aspirações regionais, já que o centro deu poder e vantagens aos crescentes grupos de interesses ao nível provincial. O antídoto segundo alguns é o reforço da auto-ridade central. Como a experiência jugoslava demonstra, quanto mais

---

<sup>71</sup> «Como é que a população pode resolver o problema da incitação do planificador, dito de outro modo, como é que a vontade política relativa à parte do rendimento nacional destinável a investimento, deverá ser exercida?» Por eleições democráticas. Haverá provavelmente diversos partidos se assumindo como advogados dos vários programas económicos», John Roemer, in «*Can there be socialism after communism?*», *Politics and Society*, vol. XX, Setembro de 1992, p. 261 e segs.

<sup>72</sup> Isto não quer dizer, como defende Jan S. Prybyla, *ibid*, que do ponto de vista da coerência do sistema e da sua consistência interna não seja fundamental que uma ou outra forma de coordenação e propriedade seja dominante, já que os mecanismos de coordenação e a estrutura de propriedade não devem gerar sinais contraditórios nos actores económicos. Creio, no entanto, falaciosa uma mera ponderação aritmética do peso específico de cada um dos vectores do modelo para o caracterizar como capitalismo ou socialismo. É, na minha perspectiva, a acção aglutinadora do centro político assumido pelo PCC que marca a sua originalidade.

<sup>73</sup> «*The grip slips*», Lincoln Kaye, edição de 11 de Maio de 1995.

rico se tornou a Jugoslávia no seio do mundo comunista, maior o fosso que se cavou entre as repúblicas do Sul e do Norte. Os recursos, produtos e mão-de-obra barata vinham do Sul. Quando o Presidente Tito morreu, a autoridade começou a fugir do centro. As províncias do Norte começaram a resistir a pagar às autoridades federais os impostos necessários para suportar o Sul e as províncias do Sul responderam da mesma forma, barrando-lhes o acesso às matérias-primas». Aqui se vivificaram os gemens da guerra étnica que ainda hoje martiriza a anteriormente próspera federação dos Balcãs.

O dramático exemplo histórico da Jugoslávia não deixa de causar apreensão aos responsáveis políticos chineses e alertá-los para a necessidade de encontrar novos mecanismos que não o plano para preencher os fossos entre as regiões<sup>74</sup>. A desintegração da autoridade central é um espectro que perseguiu a nova direcção do PCC que tem a missão histórica de assegurar a transição da China para o novo milénio, quando se prevê um alargamento da multipolaridade, das autonomias nacionais como forma de evidenciar a singularidade dos países e das nações que os formam.

Como sublinhou Paul Kennedy no seu «*Preparing for the 21 st Century*» o problema da China não é simplesmente da diferenciação económica regional — como entre o Norte e o Sul de Itália — mas a emergência de dois sistemas político-económicos, completamente diferentes, um baseado em empresas estatais orientadas para o mercado interno e sob controlo centralizado, outro marcado pelo efervescente capitalismo de Hong Kong e da Coreia (...) Uma parte da economia chinesa parecendo-se à Bulgária e a outra crescentemente assemelhando-se a Taiwan».

Ou como reza sibilamente o *Romance dos Três Reinos*, clássica no vela chinesa. «*The empire, long united, must divided; long divid must unite; Thus it has always been*».

---

<sup>74</sup> A Jugoslávia resistiu em 1948 à pressão para uma sovietação do seu modelo e foi expulsa do movimento comunista internacional. A liderança reavaliou a planificação central como uma parte do padrão autoritário incompatível com os objectivos humanistas do socialismo e procurou instituir um sistema baseado na auto-gestão e na descentralização do poder económico e em termos políticos numa Federação de Repúblicas, sob a direcção unificadora da Liga dos Comunistas Jugoslavos e do Marechal Tito.

Em termos económicos, o sistema caracterizava-se: (1) Propriedade social dos meios de produção gerida por Conselhos de Trabalhadores, a quem cabia o conjunto de decisões fundamentais relativas à vida de cada unidade económica; (2) Larga liberdade de actuação das empresas; (3) Agricultura organizada com base na iniciativa individual; (4) O mercado como elemento de coordenação do sistema; (5) O(s) Governo(s) como reguladores da política de salários, fiscal, monetária, e no apoio aos preços dos produtos agrícolas.

